



ELPO



PORTE
PAGO

ANO V
25 ABRIL
1979
N.º 71
MENSAL
PREÇO 10500

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Propriedade, Administração e Redacção
Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

Direcção
JOÃO MATIAS DE VASCONCELOS

Composto e impresso nas oficinas
Empresa Pública dos Jornais Século e Popular (EPSP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

25 DE ABRIL

A VIRAGEM DA HISTÓRIA

Foi em 28 de Maio de 1926 que um golpe militar, então feito para trazer a «ordem» ao país, deu origem ao mais longo dos regimes fascistas da Europa Ocidental. Durante esse regime verificou-se um retrocesso extraordinariamente drástico na política colonial portuguesa, anulando totalmente toda uma evolução que, nesse campo, se vinha verificando durante a I República. Tal retrocesso era aliás inevitável, como resultado lógico do regime fascista que tendo subsistido à 2.ª Guerra Mundial necessitava, como pão para a boca, das colónias para a sua manutenção. O regime fascista e o regime colonialista eram assim o suporte mútuo, a causa e o efeito, um do outro e era

Por
VASCO LOURENÇO

bem claro que a queda de um provocaria a queda do outro.

Após o caso da Índia, onde o governo fascista-colonialista de Salazar tivera uma actuação altamente condenável e tentara deitar poeira para os olhos dos portugueses, transformando as Forças Armadas em único bode expiatório, tudo se complica com o reventar da guerra colonial em Angola.

Mais uma vez Salazar ilude o povo português e, cego aos ventos da História, não aprende com as desco-

lonizações que se vinham verificando e preparando já na quase totalidade das colónias europeias.

Valendo-se do obscurantismo que impunha ao povo português, da edu-

cação desvirtuada da generalidade da juventude e da maneira criminoso, e habilmente por si explorada, como teve início a guerra em Angola, eis

(Continua na 8.ª pág.)



Uma imagem que correu Mundo: 25 de Abril de 1974 — as crianças junto daqueles que modificaram o seu futuro (Foto de JOSÉ ANTUNES)

MEDALHA COMEMORATIVA DO 5.º ANIVERSÁRIO DA ADFA



ENCONTRA-SE já à venda na sede da ADFA e em todas as delegações a medalha comemorativa do 5.º aniversário da Associação (14 de Maio) ao preço por unidade de 250\$00 para sócios e 300\$00 para não sócios. A medalha é da autoria de Belo Marques e simboliza o direito que os deficientes têm ao trabalho e a sua determinação em contribuirem para a implantação de uma verdadeira justiça social

REABILITAÇÃO DE DEFICIENTES E ASSOCIATIVISMO

Depoimento da Direcção da Associação Portuguesa de Deficientes.

1. Entender a pessoa deficiente fundamentalmente em função da sua deficiência. Não discriminar nem privilegiar qualquer deficiente por razões de tipo de deficiência ou de foro de origem. Pugnar pela conquista dos direitos dos deficientes, procurando solução nos campos da saúde, da segurança social, da fiscalidade, da educação, do trabalho, da habitação, dos transportes e dos tempos livres.

Conseguir o reconhecimento da situação dos deficientes em Portugal e o comprometimento na resolução dos seus problemas. Propôr e promover a adopção de medidas e de condições de ordem institucional para o ataque definitivo às graves carências que hoje se verificam. Congregar instituições de e para deficientes e tentar a unidade de perspectivas com vista à formação de uma genuína força, capaz de dialogar com os poderes constituídos e dinamizar os deficientes e as suas famílias na dura caminhada que conduz a uma vida diferente, mais justa, mais humana, mais digna.

Esta a caracterização sucinta do que tem sido a filosofia e a actuação da A.P.D. ao longo destes anos. E expomo-la não na intenção de promovermos a Associação, mas sim para demonstrarmos em mais uma oportunidade o que julgamos correcto e com reflexos efectivamente actuantes nas formas de vida dos deficientes e na forma de a sociedade os (nos) entender. A A.P.D. mais não é que um meio, que até poderá ser efémero, para atingir objectivos extraordinariamente mais elevados e que se consubstanciam na necessária dignificação da pessoa deficiente.

2. Por isso e para isso, e ao contrário do que muita gente julga, estamos permanentemente na frente, participando em todas as iniciativas, discutindo, estudando, reivindicando, propondo, mostrando enfim que em Portugal é possível uma política de reabilitação de deficientes, que é viável a adopção de medidas correctas, que é necessária a integração na sociedade, que é urgente dignificá-los.

COM ESTE NÚMERO ESPECIAL DO «ELO» AQUI ESTAMOS A DEFENDER ABRIL

Causa próxima do 25 de Abril, os deficientes das Forças Armadas, que com o seu sangue e o seu sacrifício o motivaram, são mais do que ninguém pertença da revolução dos cravos, com ela se confundem e só nela antevêm a sua realização em sociedade.

Resultado imediato do 25 de Abril, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, que dele nasceu e só a ele foi possível, só com a revolução de Abril entende a concretização dos seus objectivos.

A assinalar mais um aniversário do 25 de Abril, estamos aqui, deficientes e ADFA, com este número especial do «Elo» feito por nós e por várias individua-

E é por esta filosofia e esta actuação que vamos ganhando alguns inimigos, na sua maioria certamente muito pouco interessados em que em Portugal se ataquem definitivamente os problemas dos deficientes de uma forma institucional, com salvaguarda dos seus direitos e dos seus deveres como cidadãos de corpo inteiro.

3. cremos desnecessário gastar tempo com aquilo que se não fez neste país antes do 25 de Abril, sem desprezar todavia aquilo que se fez. Mas parece-nos oportuno reafirmar alguns aspectos já focados em artigo anterior publicado no «Diário de Notícias» e em que dizíamos:

«A atitude do salazarismo-

não utilizáveis para o processo produtivo; algumas acções de fachada com intenção de encobrimento da grande realidade; plena consciência de culpa em relação aos deficientes das guerras coloniais, ao conceder a estes algumas benesses; a intenção deliberada de sectorizar a problemática dos deficientes portugueses em geral, tentando dividi-los em grupos estanques, com características tão específicas que os tornasse incapazes de derrubar as barreiras artificiais que os separavam e, assim, de forjar a unidade indispensável à sua afirmação como cidadãos.

É ainda nos últimos anos que antecederam o 25 de Abril que pais de crianças deficientes, perante a demissão do Estado, fundam instituições

Estes três aspectos são suficientemente claros e precisos para justificarem alguma reflexão, muita acção e muita entrega.

Eles vêm guiando a A.P.D. e parecem-nos capazes de servirem de ponto de referência para outras associações, pois pode hoje dizer-se que um verdadeiro movimento de deficientes se encontra em formação. Não é por acaso que no seio da A.P.D. tomou posse em Março último o Congresso das instituições de e para deficientes, previsto nos seus estatutos, e que congrega oito instituições.

Como não é também por acaso que a A.P.D. e a A. D. F. A. tenham encontrado desde finais de 1978 formas de colaboração e de actuação conjunta pouco prováveis em tempos anteriores.

Estaremos juntos nas comemorações do 25 de Abril, no que concerne à prática desportiva: estaremos juntos na organização de um Congresso a realizar com a possível brevidade que representará o pensar e o sentir dos deficientes portugueses. Estaremos juntos certamente em todas as iniciativas que visem a obtenção e a efectivação dos direitos dos deficientes e contribuam para a sua verdadeira cidadania.



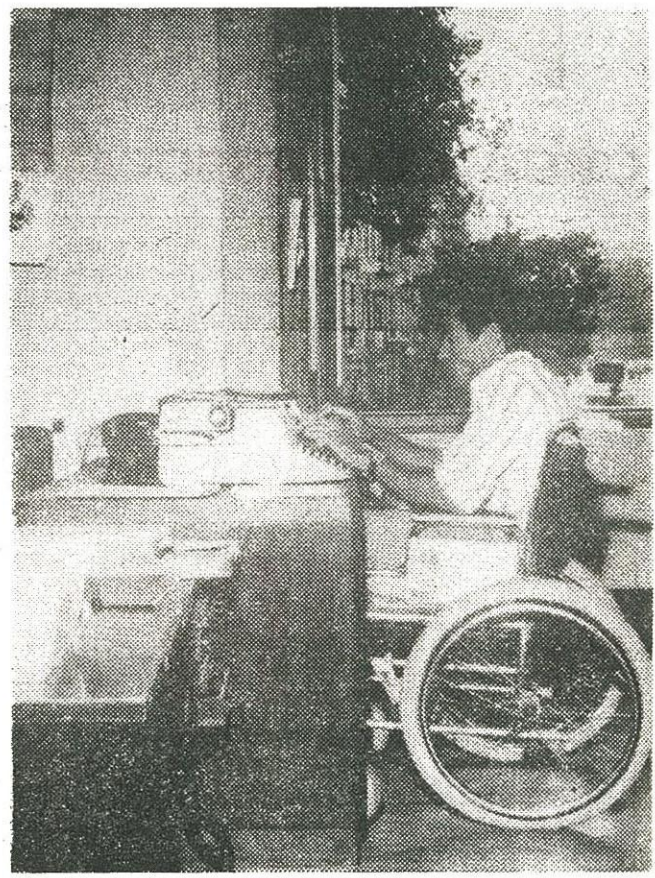
O deficiente é um homem a tempo inteiro — como, neste caso, se pode verificar: a prática do desporto, por exemplo

-caetanismo em relação aos deficientes caracteriza-se fundamentalmente por: ocultação da dimensão da realidade; natureza assistencial-caritativa (no pior sentido da expressão) das acções que empreendia; pensões de miséria para sinistrados da Previdência, elementos considerados já

para a defesa dos seus filhos. Nasceram então associações que visavam educar e reabilitar a criança parálitica cerebral, deficiente mental, surda, autista e cega. É neste quadro que um grupo de deficientes consegue fundar, em 1972, a Associação Portuguesa de Deficientes, apesar dos condicionamentos vários.»

4. Com o 25 de Abril, com a Constituição, novas possibilidades surgiram para os deficientes, muito embora até ao presente não se tenha verificado uma alteração sensível ao nível das grandes massas de deficientes, permitindo que a movimentação organizada tomasse corpo e fizesse vingar a sua voz.

Será forçado fazer uma listagem das carências e apontar até à sociedade todos aqueles pontos que vêm merecendo a atenção dos deficientes e que constituem elemento de preocupação e de reivindicação. Parece-nos muito mais útil pugnar pela irreversibilidade das conquistas alcançadas até agora, defender a constituição em todos os campos que contemplam a pessoa deficiente, não deixar morrer o espírito do 25 de Abril que deu mais força e consciência aos deficientes portugueses. Julgamos mais necessário que os deficientes e as suas famílias não se deixem adormecer e se dinamizem em torno de objectivos concretos e correctos. Entendemos como fundamental que as Associações de e para deficientes se organizem numa frente cada vez mais ampla e sólida.



A reabilitação do deficiente passa (também) pelo trabalho. A imagem é o testemunho da afirmação

O DEFICIENTE E A SOCIEDADE

MARGINALIZAÇÃO—tem sido o espaço histórico que a sociedade, desde sempre, tem imposto aos deficientes.

Desde tempos imemoriais que a chacota e a piedade públicas têm tido, como principais alvos as pessoas portadoras de deficiências. Se em tempos mais recuados eram obrigados, a fim de angariarem meios de subsistência, a situações humilhantes, essas mesmas situações ainda persistem nos nossos dias.

Na antiguidade os deficientes eram bobos da corte e pedintes. Hoje são pedintes e as cortes foram substituídas pelos recintos de feiras onde são exibidos como raras espécies zoológicas.

A sociedade — não na generalidade, evidentemente — tem mantido e quer continuar mantendo os seus padrões de ignorância face à problemática dos deficientes.

Torna-se mais fácil dispendar alguns escudos do que encarar o problema conscientemente e estudar-se a solução que se impõe. Assim se vai perpetuando o círculo vicioso do «dá-recebe», criando-se um certo comodismo para ambas as partes e adiando-se a integração plena a que, indiscutivelmente, os deficientes têm direito.

É hábito em ocasiões festivas, feiras e romarias, que nos recintos sejam exibidas pessoas cujas deficiências as tornam alvo da curiosidade pública e por esse motivo susceptíveis de angariarem alguns proventos cujo principal benefício nem sempre é por elas usufruído. Nestes espectáculos todos são vítimas da mesma falta de esclarecimento.

Ao deficiente coloca-se o terrível dilema da subsistência, encontra-se acorrentado a contratos nem sempre escrupulosos, e para ele todos os acessos estão vedados.

Ao público é-lhes oferecido um espectáculo que já não é novo. Anos e anos de subcultura aliada à falta de esclarecimento sobre a realidade dos deficientes, e outras, tornam-

no conivente na continuação da humilhação.

Há anos, qualquer tentativa de rebelião maciça ensaiada pelos deficientes seria rapidamente abafada. Até porque a sociedade não estava «preparada» para tamanho choque. As instituições vigentes rapidamente repeliriam semelhante afronta. Contudo o choque aconteceu e a sociedade foi sacudida na letargia em que se encontrava. Muitas pessoas — muitíssimas — arredadas, por motivos sobejamente conhecidos, da realidade que eram (são) os deficientes começaram a encarar o problema por um prisma totalmente adverso àquele para onde estavam encaminhados.

O advento da revolta já se adivinhava. Diariamente o número de deficientes aumentava. A falta de segurança no trabalho, às faltas de esclarecimento e prática médico-sanitária, à quase inexistência de profilaxia da doença e outras carências susceptíveis de «produzirem» deficientes, juntou-se a guerra colonial com todas as consequências «suas generis» da barbárie bélica.

No conjunto, cerca de 10 por cento da população portuguesa é portadora de deficiências. Como continuar a lludir as realidades? Como continuar a esconder a verdade? Como dar continuidade às deploráveis condições dos deficientes? Como manter a condição de subgente para quase um milhão de gente?

O «inevitável» acontece. Numa fresca madrugada as estruturas são sacudidas. E, pela primeira vez na história deste País, os deficientes vêem os seus direitos consagrados, em pé de igualdade com os não deficientes.

Efectivamente, mercê da acção libertadora do 25 de Abril de 1974, o mais importante documento nacional — A Constituição da República Portuguesa, que ainda vigora — consagra um dos seus artigos aos deficientes.

Um importante passo foi dado, só que há quem pretenda ignorar que esse artigo e

outros existem e são para serem integralmente cumpridos. Uma conquista tão cara quanto merecida não pode, de maneira nenhuma, cair no esquecimento.

De vez em quando havia um deficiente que se evadiu do «ghetto» em que se encontrava encarcerado e por alguma brecha, que sempre houve na sociedade, impunha-se e era aceite.

Ora com o 25 de Abril estavam criadas as condições para uma evasão maciça e a supressão definitiva do «ghetto». A realidade porém é bem diferente. Tudo o que existia continua a existir. Todos os diplomas têm-se transformado em letra morta mercê da sua inoperância.

No 6.º Ano da Liberdade ainda causa estranheza que as habituais lamúrias e pedinchas suplicantes tenham sido substituídas por exigências concretas. Hoje o deficiente reclama o seu direito de competir em todas as actividades. Aponta soluções como as transformações arquitectónicas. Choca sentimentos de piedade lamécha. Ninguém, absolutamente ninguém, poderá parar o curso da história. Os dados estão lançados.

Um milhão de portugueses iguais a outros portugueses reclama o seu estatuto de cidadão. Um milhão de portugueses não querem ser considerados peso-morto. A sua voz levanta-se cada vez com mais força — a força que lhe advém da razão que lhe assiste, a força que lhe dão os não deficientes «conquistados» para a luta.

Um milhão de deficientes não quer continuar a ser objecto de salvação de umas quantas almas mais ou menos bem intencionadas.

Uma política de (re) integração impõe-se e não pode continuar a ser adiada.

Nenhuma sociedade se pode reclamar de justa enquanto no seu seio existam marginalizados, sejam em que número for. E no nosso caso concreto não são assim tão poucos.

VICTOR SENCO
Sócio n.º 2556



LIBERDADE DE EXPRESSÃO E JUSTIÇA SOCIAL

Por
AUGUSTO ABELAIRA

DIGAMOS que duas grandes conquistas marcam a Revolução de Abril, já que as consequências de muitas outras acabaram por ficar amolecidas na prática, embora talvez não na lei: a liberdade de expressão e a reforma agrária. E não é por acaso que neste momento se desencadeia uma campanha contra as duas, precisamente porque são solidárias. Ou melhor: porque sem liberdade de expressão do pensamento é mais fácil atacar a reforma agrária (e outras reformas), já que esse ataque poderá ser feito praticamente com o desconhecimento de todos nós, com um conhecimento puramente local, acessível somente àqueles que sofrem esse ataque. Os Grandes do Mundo gostam de gozar os seus privilégios, mas preferem que não se saiba.

Por isso mesmo, no momento presente, as duas questões equivalem-se. E por isso mesmo, o Poder compreendeu que seria mais fácil destruir a reforma agrária se os grandes meios de informação silenciassem o que se passa no Alentejo.

Quero eu dizer que a liberdade é um fim em si mesmo, o ideal de todo o pensamento que veja no homem autónomo e livre o objectivo de toda e qualquer ética. Mas não só: é também um meio ao serviço de uma sociedade justa (não há homem autónomo e livre numa sociedade injusta). Só porque existe, a liberdade de expressão torna transparente a injustiça. Só porque existe, ela estimula os homens a tomarem consciência de que devem opor-se à injustiça.

O ataque que ao longo da história tem sido feito à liberdade de expressão não tem outro objectivo. Destina-se a esconder a injustiça social, fonte dos grandes privilégios. A censura é a arma (não a única) dos privilegiados. Graças a ela, por um lado esconde-se o conhecimento da realidade e pelo outro enfeita-se a realidade — duas faces duma mesma questão.

EXERCÍCIO DAS LIBERDADES

Por
RAUL RÊGO

FOMOS criados num condicionamento grande do exercício das liberdades públicas. Esse condicionamento ainda influencia toda a nossa maneira de ser porque as mentalidades se habituaram a viver separadas umas das outras, todos receando os conflitos entre uma forma de pensar e outra forma de pensar. Como se não fora natural a multiplicidade e não fosse mesmo enriquecimento da comunidade a variedade de pensamento, a discussão, o entrecchoque das ideias.

Mas durante duas gerações, as restrições postas ao pensamento afectaram duramente o mesmo pensamento. O não podermos exprimir aquilo que nos vai na alma, acaba por nos afectar a mesma capacidade de pensar. Anquilosamos-nos verdadeiramente a nossa actividade intelectual, principal riqueza do homem. Só um longo exercício, uma ginástica mental continuada, pode levar a comunidade à sua pujança mental; e os exageros que vemos, os abusos constantes da liberdade de expressão, mais se não

podem dizer do que efeitos do anquilosamento, das restrições de anos e anos à liberdade de pensar.

O cérebro, longe de ser diferente de qualquer outro órgão, é o mais sensível de todos eles. Por isso mesmo é que se verifica num braço ou numa perna imobilizados e que, depois, só com exercícios violentos, com esforço e dor, voltam ao seu exercício normal, acontece com o cérebro. Os cérebros incultos são-no quasi sempre, não por falta de capacidade, mas por falta de exercício. Anquilosam porque se não busca desenvolver a faculdade de pensar de muitos homens. A massa amorfa da população bem poderia ser activa, participante, contribuindo com a riqueza do seu pensamento para o bem de todos.

O desequilíbrio da nossa sociedade, os excessos que tantos lamentam, resultam não dos princípios que os homens defendem, mas sobretudo da forma como os defendem. Tendo estado calados à força, durante anos e anos, não sabemos discutir, nem sabemos ser tolerantes para com as ideias dos outros. Mas temos de aprender a ser tolerantes e, como só se aprende a andar andando e só se aprende a pensar pensando, também só aprenderemos a ser tolerantes uns com os outros, habituando-nos a suportarmos-nos uns aos outros. Reduzirmos aqueles que nos parecem exceder-se nas suas opiniões e serem agressivos para com os outros ao silêncio, o mesmo é que impedirmos os exercícios físicos seja a quem for só porque se

desequilibra e cai. Algumas das quedas podem ser fatais. Mas só à força de cairmos nos aprendemos a equilibrar. Também só à força de discussões excitadas, irritadas, aprenderemos a falar uns com os outros, a reduzir as nossas irritações, a ouvir a opinião dos outros e a aferi-la pela nossa.

A liberdade cívica é um exercício. Não somos diferentes dos outros povos, daqueles em que os exercícios das liberdades se processa com civismo; mas o que nós não temos é a experiência democrática desses povos, não temos ainda a sua ginástica mental. Estivemos silenciados meio século. É um trabalho de gerações, o recuperarmos as possibilidades que perdemos, o podermos discutir uns com os outros, sem nos insultarmos e sem querermos impor sempre a nossa opinião. O que interessa não é que se imponha esta ou aquela opinião, é que prevaleça a opinião da maioria, mas sim que as outras sejam sufocadas. Af o direito de todo o cidadão, de poder pensar e falar livremente. O que é a democracia se não isso?

BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS

Pelo arquitecto
JOÃO RIBEIRO DE CARVALHO

APESAR do avanço da medicina e prevenção na saúde, Portugal depara-se ainda hoje com uma percentagem bastante elevada de deficientes.

Embora seja encarado como um indivíduo válido e integrável na sociedade, este ponto de vista torna-se bastante difícil no seu dia a dia, devido às «barreiras arquitectónicas» que o rodeia e o limita nas suas necessidades de cidadão tais como a educação, recreação, emprego e habitação.

Há inúmeros elementos arquitectónicos numa cidade, que se fossem normalizados e bem dimensionados iriam auxiliar todo o deficiente na sua integração social.

Quando se fala em deficientes que usam permanentemente cadeiras de rodas ou outros meios auxiliares para se deslocarem, mas também na 3.ª idade, ou mesmo incapacidades temporárias que poderá ser qualquer indivíduo por fractura de uma perna, ou outro incidente que o limite num espaço de tempo reduzido.

Sendo a habitação um dos sectores com prioridade a ser atendido, e não querendo en-

trar em pormenores de ordem funcional, é no entanto um dos pontos onde as dificuldades se mostram maiores dado que o actual Regulamento de Edificações Urbanas não contempla em nenhum dos seus artigos qualquer tipo de norma que sirva o deficiente.

Somos pois apologistas da introdução de certos pontos, sejam eles respeitantes ao acesso aos fogos ou ao seu dimensionamento, das quais resultem soluções que permitirão a sua utilização pelo deficiente.

Gostariamos no entanto de colocar duas questões:

— Que tipo de habitação necessita o deficiente?

— Quais os requisitos a ter em conta nos edifícios públicos?

Problemas deste tipo colocam-se igualmente no dia a dia, quando da ida ao cinema, ao teatro, aos correios, à biblioteca, aos sanitários públ-

cos ou a outros edifícios, tornando a vida do deficiente socialmente dependente.

Tendo em conta experiências levadas a efeito no estrangeiro (de salientar os países nórdicos) seguidamente, e para melhor ilustrar a gravidade da situação, recorremos a uma experiência efectuada na Noruega e que consistia em seis questões a utentes de cadeiras de rodas:

1— Com que frequência é utilizado este meio de locomoção, nos edifícios públicos?

2— Que tipos de edifícios são mais utilizados?

3— Até que ponto o uso dos edifícios públicos é negado pelas «barreiras arquitectónicas» mais difíceis de transpor?

4— Quais os tipos de edifícios que seriam mais utilizados se as ditas «barreiras» não existissem?

5— Quais os edifícios em que é mais importante eliminar as «barreiras arquitectónicas»?

Por estranho que pareça, concluiu-se que o deficiente conseguiu ultrapassar quase to-

das as dificuldades, adaptando-se ao meio, só que, os meios que utilizou tornaram-no cada vez mais dependente dos outros.

Tudo isto é devido à inexistência de meios que lhe facilitassem a sua integração e independência.

Como por exemplo das respostas obtidas transcrevemos quatro bem significativas:

1— Muitas pessoas têm deficiências muito profundas e são incapazes de sair pelos seus próprios meios.

2— É raro haver alguém disponível que possa conduzi-los numa cadeira de rodas ou que os leve de carro.

3— Muitos deficientes têm fracas posses económicas, donde é raro poderem sair.

4— Muitas pessoas sentem-se bem em casa e não saem.

Como podemos verificar cada uma destas respostas é mais esclarecedora que a seguinte, e julgamos que no nosso país os resultados seriam do mesmo tipo.

Temos pois, que o espaço e o meio não são propícios ao quotidiano do deficiente obrigando-o a uma vida sedentária e dependente, em vez de o integrar e de o tornar num elemento activo da sociedade.

Daqui se conclui que com a abolição gradual das «barreiras arquitectónicas», o deficiente terá então as condições necessárias para a vida e lugar a que tem direito.

Assinar o «ELO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS», é uma forma de contribuir para a difusão e compreensão da problemática de um vasto sector desfavorecido da população, não de uma forma caritativa mas num espírito de solidariedade e calor humano comprovando que os deficientes não estão sós na luta pela integração numa sociedade que, à medida que se for tornando mais justa, menos os marginalizará.

Recorte e envie para Jornal «ELO» — Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA

Queiram considerar-me assinante do «ELO DOS DFA»

Nome

Morada

Localidade

PORTUGAL

ANUAL 100\$00

SEMESTRAL 50\$00

ESTRANGEIRO

ANUAL 200\$00

SEMESTRAL 100\$00

(Marque com um X o quadrado respectivo)

JUNTO ENVIO CHEQUE
VALE DE CORREIO
(Riscar o que não interessa)

«O ABRIL PARA SEMPRE»

Por SÁ FLORES

Eu canto o Abril presente, O Abril de muitos anos. O Abril que os explorados, Reivindicam para sempre.

O Abril que seja pão, Vida, trabalho, saúde. O Abril que dá justiça, Faça a principal virtude.

O Abril que seja paz, Que ponha fim à miséria. O Abril que tenha força, P'ra nunca mais haver guerra.

O Abril que seja campo, Vida p'ra terceira idade. O Abril que seja fruto, Da árvore da Liberdade.

O Abril que seja esperança, O Abril que seja Sol. O Abril que p'ra criança, Não seja morte, nem fome.

JORNAL «ELO»

CAMPANHA

DE DIVULGAÇÃO

E ASSINATURAS

-COLABORA

TIRAGEM DESTA NÚMERO 20 000 EXEMPLARES

O MOVIMENTO COOPERATIVO

O movimento cooperativo, que tem raízes muito remotas em Portugal, conseguiu sobreviver à suspeição e até hostilidade que por ele sempre manifestou, ora mais ora menos veladamente, o regime extinto em 25 de Abril de 1974,

chegando até ao fim da interminável ditadura sem dúvida combalido mas vivo.

Após a Revolução, todo o panorama se modificou e o cooperativismo português pôde então, pela primeira vez na história, descortinar perspectivas razoáveis de se trans-

formar no forte e portanto influente «sector cooperativo» que António Sérgio visionou com tão corajosa imaginação e advogou com tão persuasiva eloquência.

Em confronto com o regime anterior, creio que são em número de três os caracteres distintivos do nosso actual movimento cooperativo.

O primeiro é a notabilíssima expansão das cooperativas, cujo número total subiu rapidamente de 4 a 5 centenas para mais de 3 milhares.

O ambiente democrático que imediatamente se estabeleceu no país trouxe alento à capacidade de adesão que o povo português nunca deixara de manifestar perante o ideal cooperativo e conduziu a toda uma eclosão, espalhada pelo país, de organizações cooperativas de base, seguindo algum tempo depois de concretizadas, de estruturação a nível nacional de diversos ramos do movimento.

O cooperativismo deve ser política e religiosamente neutro, não pode consentir que os partidos políticos, os sindicatos e as igrejas dele se apoderem para o submeter às respectivas tutelas. Mas não é ideologicamente neutro, pela simples mas vigorosa razão de que carece de um ambiente nacional claramente democrático para se poder expandir, radicar e fortalecer. Existe, com efeito, comprovadamente, elevada correlação positiva entre a força económica, social e cultural do cooperativismo e o grau de democraticidade da vida política do país onde se insere, o que permite compreender que a reconquista das liberdades públicas em Portugal tivesse, só por si, exercido efeitos amplamente positivos no avanço do cooperativismo.

Por outro lado, e como é aliás geralmente sabido, o abandono ou mesmo a fuga de centenas de empresários privados, uns coagidos outros não, ora com ora sem culpa própria, deixando as empresas entregues aos respectivos trabalhadores, contribuiu para a criação de muitas cooperativas, designadamente no sector industrial, algumas das quais ainda hoje não viram regularizadas as suas situações legal e patrimonial.

O segundo carácter distintivo, sempre em relação ao passado, resulta da importância que a Constituição de 1976 explicitamente reconheceu e atribuiu ao fenómeno cooperativo.

O dispositivo fundamental está contido no art. 89.º que, ao proclamar o sector cooperativo, a par dos sectores privado e público, como um dos que podem deter «a propriedade dos meios de produção, dos solos e dos recursos naturais», veio conferir ao cooperativismo português uma dignidade institucional que até então jamais possuía e da qual não desfruta o movimento na generalidade, e porventura até na totalidade, dos outros países.

O artigo citado é o mais importante mas não constitui o único dispositivo constitucional que se refere a cooperativismo. Os seguintes devem, com efeito, ser recordados:

● o n.º 1 do art. 61.º que a todos garante o direito de constituir cooperativas e ao Estado impõe o dever de estimular e apoiar estas;

● a alínea b) do n.º 2 do art. 65.º que atribui ao Estado a missão de incentivar e apoiar a criação de cooperativas de habitação;

● a alínea m) do art. 81.º que confere prioritariamente ao Estado o papel de proteger o consumidor, designadamente através do apoio à criação de cooperativas e associações de consumidores;

● o n.º 2 do art. 83.º que admite a integração das pequenas empresas indirectamente nacionalizadas no sector privado «desde que os tra-

balhadores não optem pelo regime de autogestão ou de cooperativa»;

● o art. 84.º, também muito importante e que se refere exclusivamente a cooperativismo, estipulando que a formação e o agrupamento de cooperativas ficam livres de qual-

Pelo Prof. HENRIQUE

quer tutela oficial e que, desde que «observados os princípios cooperativos» não haverá restrições à constituição de cooperativas (convém acrescentar que, de acordo

com o pensamento explícito dos deputados que intervieram na discussão deste artigo, por sinal aprovado por unanimidade, os «princípios» em causa são os recomendados pela

LIBERDADE,

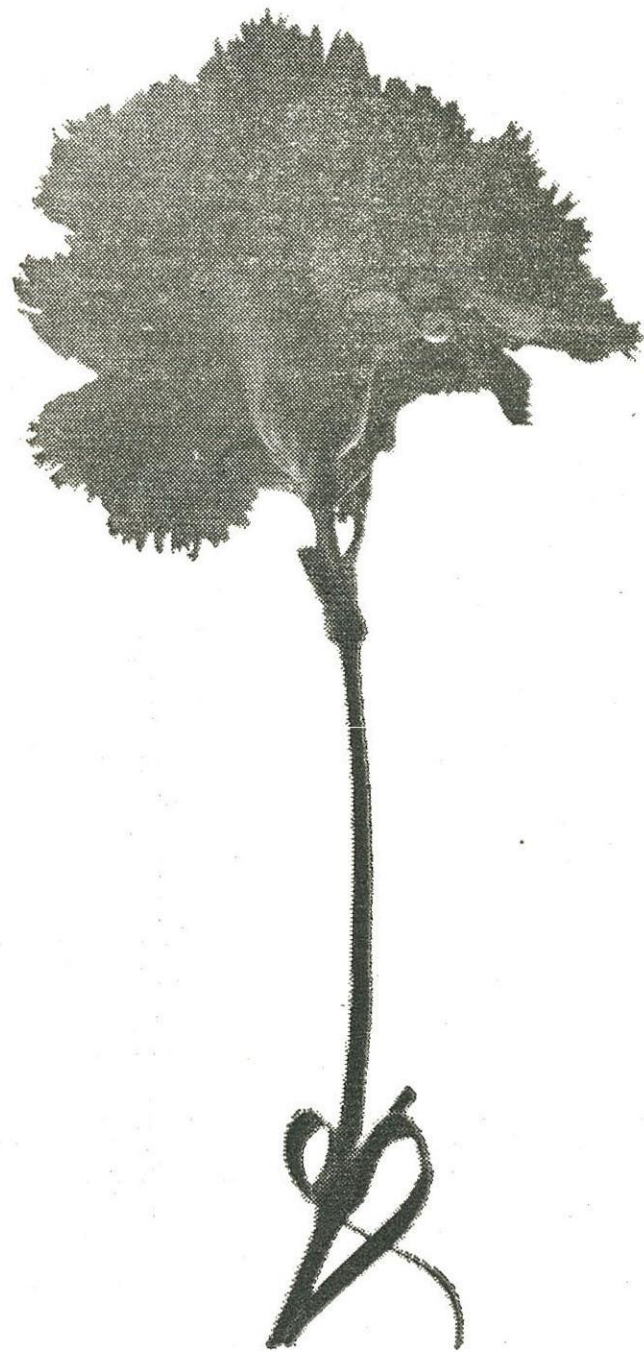
TODA a minha vida foi aspiração à liberdade e luta pela liberdade. Só que, ao contrário dos que nem ousam assumir-se como os egoístas que são (o que poderia conferir-lhes, ao menos, uma certa decência), cedo descobri no húmus em que radico — a terra alentejana — que a liberdade ou é colectiva ou não é, não existe. A liberdade é o caminho, ínvio ou florido, mas sempre claro, para a mais felicidade, digamos, entre nós, para a menos miséria, para a progressiva, autêntica dignificação dos portugueses, de todos, desde os camponeses de Trás-os-Montes aos pescadores do Algarve.

Com o 25 de Abril amanheceu, vermelha, a esperança, nimbada de ilusão (tinham sido 48 anos de fascismo, era lícito sonhar); mas, de olhos abertos, tentámos avançar para a liberdade, de mãos dadas, para o derrube das velhas fronteiras económicas, para a construção de uma Pátria nova, sem onzeneiros, sem déspotas, sem chicotes, sem masmorras. Onde a liberdade se realizasse no socialismo, que dela é indissociável. Todos sabem como abatemos o poder

PO
URBANO TAVARA

dos monopólios e dos latifúndios, como surgiu a democracia nas fábricas, como se transformou o Alentejo dos tiranetes ociosos e dos cortesãos das caçadas do sr. Tomaz ou das coutadas do sr. Champalimaud nas cooperativas onde a fraternidade e a riqueza partilhada brotavam para exemplo do mundo e sempre do amanhã.

Orgulho-me de ter combatido com todas as armas, e, depois de Abril, sob o sol da grande esperança com a caneta, com o coração, com os meus punhos, desde o livro à conspiração e às prisões do fascismo, entre o caudal do movimento popular, onde a revolução, aos solavancos, se concretizou, se corporizou, seguido o projecto generoso dos capitães de Abril. Estamos, porém,



ABRIL DE ABRIL

Por MANUEL ALEGRE

ERA um Abril de amigo Abril de trigo
Abril de trevo e trégua e vinho e húmus
Abril de novos ritmos novos rumos.

Era um Abril comigo Abril contigo
ainda só ardor e sem ardil
Abril sem adjectivo: Abril de Abril.

Era um Abril na praça Abril de massas
era um Abril na rua Abril a rodos
Abril de sol que nasce para todos.

Abril de vinho e sonho em nossas taças
era um Abril de clava Abril em acto
em mil novecentos e setenta e quatro.

Era um Abril viril Abril tão bravo
Abril de boca a abrir-se Abril palavra
esse Abril em que Abril se libertava.

Era um Abril de clava Abril de cravo
Abril de mão na mão e sem fantasmas
esse Abril em que Abril floriu nas armas.



NO PORTUGAL DE ABRIL

DE BARROS

Cooperativa Interna-
já citado e fundamen-
go 89.º que define o
cooperativo como sen-
stituído «pelos bens e

unidades de produção possu-
dos e geridos pelos coopera-
dores, em obediência aos prin-
cípios cooperativos» (o subli-
nhado é meu);
● o art. 90.º que conside-

ra o sector cooperativo in-
cluído entre aqueles que cons-
tituem «a base do desenvolvi-
mento da propriedade social»;
● o art. 97.º que admite
a possibilidade de serem en-
tregues propriedades expro-
priadas, para efeitos da res-
pectiva exploração, a coope-

rativas de trabalhadores rurais
ou de pequenos agricultores;
● o art. 98.º que consi-
dera preferencial, para efeitos
de se obter um adequado re-
dimensionamento das explora-
ções agrícolas nas regiões mi-
nifundiárias, «o recurso à in-
tegração cooperativa das di-
versas unidades»;

e autónomo sector cooperati-
vo, que os cooperativistas e
os cooperadores se sintam sa-
tisfeitos e realizados?
Nada seria mais errado, e
até mais frustrador, do que
responder pela afirmativa a
estas pertinentes interroga-
ções.

Se é indubitável que as im-
portantes funções do estudo
(do fenómeno cooperativo e
das realizações cooperado-
ras), da informação (do pú-
blico e dos cooperadores) e
da formação (de dirigentes,

(Continua na 7.ª pág.)

MEU AMOR!

RODRIGUES

1979, ano da maré infecta, das su-
vas ondas de depurações, de per-
ções a que se entrega o governo
Pinto, na sua teimosa e sinuosa
vista dos meios de comunicação
ano mais cruel da repressão no
jeito, do desfazer das UCP's, do
camento vergonhoso dos operários
das, da morte das searas na gleba
sorria, do abandono de tanto pro-
que era sagrado para o povo: as
es, as cantinas, as salas da ter-
ridade, os centros de convívio onde
ardade era real.

palavra de azul e sangue: liber-
irmã de revolução, irmã de digni-
Conspurcam-na, quando se aitre-
pronunciá-la, certos senhores do
S. e do P. P. D.; outros, bem pio-

res, nem a nomeiam: esses querem cal-
cá-la aos pés, erradicá-la da Pátria por-
tuguesa. Mas todos esses cavalheiros,
mais «civilizados» ou mais ostentosa-
mente brancos, estarão de acordo para
a aniquilar, à liberdade, à vossa, amigos
operários, à vossa, rurais de todo o
País, à vossa, empregados de vida con-
formada, à vossa, estudantes a quem a
indignação coloca do lado dos traba-
lhadores, à vossa, intelectuais, que não
podeis consentir que novamente vos/nos
roubem a palavra.

Chegou a hora de abrimos bem os
olhos, de erguermos o dique; e não será
de mais a união dos nossos esforços,
de todos os antifascistas, porque a maré
infecta avança. O fascismo cheira a es-
goto; seja qual for o seu rosto ou o seu
discurso, denuncia-se. E aqui o temos,
já à vista: na imprensa esterquilínea
(ruas, diabos e até já os dias); no poder,
que mal se disfarça, e nas esquinas do
terror.

Mas a liberdade triunfará: voltará pu-
rificada, com mais brilho e mais força.
O seu pleno regresso está na vossa mão,
portugueses!

● o art. 100.º que deter-
mina implicar a realização dos
objectivos da reforma agrária
a constituição pelos trabalha-
dores de cooperativas de pro-
dução, de compra, de venda,
de transformação e de servi-
ços;

● o art. 102.º que mencio-
na, entre as entidades com
direito ao auxílio do Estado,
os pequenos agricultores agru-
pados em cooperativas de tra-
balhadores, ao mesmo tempo
que oferece apoio do Estado
às cooperativas de produção
a montante e a jusante desta;

● o art. 104.º que estipula
dever a participação dos tra-
balhadores na definição e exe-
cução da reforma agrária efec-
tuar-se «através das suas or-
ganizações próprias», entre as
quais refere as cooperativas.

Como se vê, por este enun-
ciado sintético, foi intensa a
preocupação dos constituintes
em garantir ao universo social
formado pelas cooperativas
portuguesas, isto é, ao sector
cooperativo, embora este fosse
então (como, aliás, conti-
nua a ser) apenas embrioná-
rio, um lugar de relevo na no-
va sociedade cujos alicerces
institucionais deixaram deli-
neados.

O terceiro carácter distinti-
vo, não menos relevante, é o
que provém da criação de or-
ganismos oficiais especifica-
mente destinados a promover
a colaboração entre o Estado
e o movimento cooperativo e
a concretizar as promessas de
estímulo, incentivo e apoio
contidas em vários dos artigos
citados da Constituição, de-
signadamente no 61.º

A nível departamental, fun-
cionam «grupos de apoio» a
cooperativas em diversos Mi-
nistérios: Agricultura, Indús-
tria, Comércio (relativamente
às cooperativas de consumo),
Habitação, Educação Nacio-
nal.

A nível global, trata-se do
«Instituto António Sérgio do
Sector Cooperativo», fundado
ao terminar o ano de 1976,
mediante decreto de minha
iniciativa que a Assembleia da
República confirmou ao rati-
ficá-lo por unanimidade atra-
vés da Lei n.º 35/77. Com esta
iniciativa teve-se em vista
oferecer ao movimento coope-
rativo português um interlo-
cutor válido, competente e
leal, insuflado de «alma coope-
rativa» e por isso mesmo
alheio a quaisquer intentos de
tutela ou dirigismo, preparado
para construir os pilares de
uma sólida ponte de ligação
permanente entre o Estado e
as nossas cooperativas.

A actuação do INSCOOP,
que tenho podido acompanhar
de perto, penso que tem sido
altamente meritória, com es-
pecial relevo nos domínios do
estudo, da informação e da
formação e também no da
contribuição para estruturar o
movimento a nível nacional.
Os contactos incessantes des-
te dádioso serviço público
com as organizações coope-
rativas nacionais, e em espe-
cial com as federações e pro-
federações dos diversos ra-
mos, que estão representadas
no seu «Conselho Coordena-
dor», têm sido caracterizados
pela cordialidade e a fran-
queza.

Apesar da sua concisão, vai
longo este artigo e há que ter-
miná-lo. Atrevo-me a acreditar
que terá sido suficiente para
demonstrar que, cooperativa-
mente, o Portugal do 25 de
Abril se distingue com nitidez
do Portugal do 24 de Abril.

Significará isto, porém, que
tudo esteja resolvido ou a ca-
minho evidente de o ser em
breve, que as organizações
cooperativas nacionais dispo-
nham já de tudo quanto ca-
recem para poderem avançar
na edificação de um poderoso



A LUZ DE LAGOS

Por SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN

A luz de Lagos é
A mais aguda e pura
A que desenha as coisas
com mão mais segura

A que o visível mostra
Mais recortadamente
A sua atenção é
A mais transparente

Luz que renova o mundo
E que o reprincipia,
Como se fosse a própria
Luz do primeiro dia

Luz que tudo nos mostra
Na forma mais directa
E em sua direiteza,
Há algo de seta

E apesar da sombra
No pranto do avesso
Aqui recomeço



Deficientes e trabalhadores — a mesma luta

ADFA: FORÇA INDESTRUTÍVEL DE ABRIL

As vítimas que a guerra colonial regularmente la fazendo, a revolta que nelas se gerava e a cada vez maior certeza de que as vidas ceifadas e os deficientes produzidos tinham sido em vão ou para proveito de impiedosos exploradores de portugueses e africanos iam gerando ao longo dos 13 anos de guerra uma grande força, a força do descontentamento e da revolta.

Mas não eram apenas a consciência e o sentimento nacional perante uma guerra injusta que, avolumando-se de dia para dia, constituíam a grande força do desprezo e ódio pelo regime opressor em que militavam a generalidade dos portugueses. Uma outra força nascia e crescia. Desta vez entre aqueles que mais directamente sentiram na carne e no espírito as consequências da guerra colonial. Foram os deficientes (ou inválidos, como lhes chamavam), conjuntamente com os mortos, os verdadeiros instrumentos da tomada de consciência colectiva da grande agressão feita pelo regime ao povo português.

Não se pode gratuitamente mandar lutar um povo, através dos seus soldados, numa guerra qualquer. As guerras, se inevitáveis, têm que corresponder ao sentimento e vontade dos povos e não apenas aos interesses de uma minoria privilegiada que pretende a todo o custo manter os seus chorudos rendimentos, como foi o caso da guerra colonial. E quando assim é, como foi o caso, impõe-se que se faça justiça, que os culpados sejam punidos, porque não se pode, impunemente, provocar milhares de mortos e milhares de deficientes. A memória dos que morreram e a consciência dos que ficaram deficientes não podem exigir menos.

Os ilegais governantes da Nação, porque mantidos no poder pela força das polícias e não pela vontade do povo, dispunham despididamente das vidas dos jovens portugueses a troco dos seus próprios interesses e dos lucros dos grupos económicos em que se apoiavam.

Pagando em vidas de militares portugueses (como moeda corrente) o preço dos lucros retirados das colónias — a «manutenção da ordem», como então lhe chamavam — o re-

gime revelava, em todas as fases e domínios da guerra, um desprezo total pelo indivíduo e pela colectividade.

Se os militares que fizeram a guerra colonial e conseguiram, como era o lema, «salvar a pele» têm hoje da guerra apenas uma má recordação e uma sensação de dois anos de vazio, os que ficaram deficientes não podem em relação a ela ter um sentimento tão superficial. As marcas deixadas, para além dos inúmeros e ignorados (da maioria da população infelizmente) problemas que fazem arrastar no dia a dia, são permanentes vozes inconformadas que necessitam de ser ouvidas, que não toleram ser abafadas, que necessitam de denunciar as injustiças praticadas, para bem da colectividade, para que igual aberração como foi a guerra colonial não se repita.

Mas as insaráveis feridas existentes em cada deficiente são fruto, para além da guerra forçada, do tratamento que o desumano regime dispensava aos despojos da guerra.

Não criando as necessárias estruturas para curar, reabilitar e integrar socialmente os feridos da guerra, como qualquer governo legítimo com a devida urgência cria, o fascismo pretendia iludir a população e a opinião pública, fazendo crer que a guerra era pacífica e vítimas não havia. Assim, devolvidos ao seio das suas famílias, por aí ficavam milhares de homens sem as condições necessárias para prosseguirem a sua realização social, com uma vida interrompida aos vinte e poucos anos de idade. A crueldade do regime chegava assim a este ponto: utilizava-se dos jovens portugueses para fazer uma guerra que a esses mesmos jovens nada dizia e, depois de «inutilizados», despejava-os numa sociedade que, sabia, os segregaria da vida social dos cidadãos comuns.

Em toda esta problemática assenta o surgimento da Associação dos Deficientes das Forças Armadas. São bem sólidas as bases da ADFA localizadas assim, naturalmente, antes do próprio 25 de Abril de 1974. O 25 de Abril foi apenas a luz verde da legalidade. Mas, sendo só isso, o 25 de Abril foi tudo, porque se não tivesse existido, hoje não havia ADFA, os deficientes das Forças Armadas não estariam organizados, a guerra teria continuado, have-

ria mais mortos, mais vidas destroçadas e todos os deficientes se manteriam numa situação de marginalização absoluta perante a sociedade.

Irrompendo das portas que Abril abriu, a ADFA constituiu-se na força que o povo português, genericamente agredido pela guerra colonial, acarinha e apoia.

São as bases sólidas, emergentes da guerra colonial e dos deficientes, em que a ADFA assenta e o apoio que o povo português lhe dispensa que fizeram da Associação, força nova que o 25 de Abril criou, numa organização sólida em que os saudosistas do passado e os inimigos da emancipação deste povo embatem sem conseguirem molestar.

Mas se às bases do seu surgimento se deve a solidez da ADFA, o prestígio e autoridade que junto dos órgãos do poder, dos

meios de reabilitação e de todos os deficientes em geral grangeou, com a forma dinâmica como soube equacionar os problemas dos deficientes, as soluções que tem apontado e todo o trabalho desenvolvido directamente na integração sócio-profissional dos deficientes das Forças Armadas, são a garantia da sua afirmação no futuro como força que não dará tréguas à marginalização e ao aproveitamento dos deficientes para alimentar vícios que alguns sectores da sociedade ainda preservam.

A ADFA, com os deficientes das Forças Armadas devidamente organizados, é um exemplo vivo dos abusos do regime fascista, é um aviso para que a história não se repita e é a grande força que no País existe geradora da esperança de que os graves problemas com que muitos milhares de deficientes se debatem não-de ser resolvidos.



O NOSSO EMBLEMA: SEU SIGNIFICADO

NÃO obstante o nosso emblema ser conhecido e identificado com a nossa Associação, tanto por todo o país, como em muitos países estrangeiros, poucos lhe conhecem o significado. Por isso pensamos que o deveríamos divulgar e que, dedicando-se este número ao 5.º aniversário do 25 de Abril, a ocasião não poderia ser melhor.

1) A figura central é um quadrado com uma das diagonais na posição vertical e representa a sociedade no seu todo, amorfa, insensível — por isso a branco.

2) Dentro desse quadrado, à esquerda, inscreve-se em outro, mais pequeno, pintado a negro, representando o conjunto perfeitamente demarcado e marginalizado dos deficientes.

3) Ai, no seio dos deficientes, aparece um círculo amarelado, misto de esperança e energia, qual sol radiante em dia de Inverno.

4) Esse sol, essa esperança, essa força, projectada para a base do emblema, não é mais que ADFA, sigla da nossa Associação.

5) O fundo vermelho representa o sacrifício, o sangue in-

justamente derramado pelos Deficientes das Forças Armadas e o progressismo que caracteriza a nossa Associação, porquanto é das raras (senão a única) no Mundo que, sendo constituída por ex-combatentes, não é saudosista.

Esperamos assim, com a divulgação do significado de cada um dos traços do nosso distintivo, ter contribuído, embora com uma pequena parte, para o conhecimento mais profundo do que é a ADFA, enquanto força viva empenhada na justa luta pela reabilitação e reintegração sócio-profissional dos deficientes.

ESCREVER AQUI ABRIL

O MOVIMENTO COOPERATIVO

POR felicidade tive um professor que queria ser escritor, o que se afigura fácil... mas não é!
Tal como nos maravilhámos ao ver nascer uma criança, assistir ao lançamento de um barco, ao decolar do último modelo de avião, em miniatura, construído pelos miúdos do prédio em frente, também emocionadamente acompanhamos a aventura do Homem que escreve.
Era um jovem modesto, pacifista, adorava música, desejava escrever e, por isso, estudou bastante, leu muito, fez viagens a países onde os museus, as ruínas, os mosaicos, nos falam do género humano em termos políticos... Tomou a defesa dos fracos: foi preso. Clamou contra a tirania: foi expulso do ensino. Incriminou os opressores: censuraram-lhe a obra.

Desde então, o jovem professor tornou-se um Homem, batendo-se com uma única arma — a caneta — tendo por objectivo conhecer e escrever. Publicou romances, teatro (que nunca levaram ao palco), lutou e triunfou!

Não é fácil ser escritor e ser, aqui, Escritor exige coragem, sacrifício, opção... Daí, relembrar hoje o jovem Mestre, prestando homenagem aos que aqui, no «ELO», escrevem de Abril em Abril.

Não é fácil ser escritor... mas ser, aqui, Escritor, é nobre, belo e grandioso!

António Emílio Santa-Rita
(Sócio n.º 3041)

(Continuação das págs. centrais)
quadros técnicos e dos próprios cooperadores) têm sido desempenhadas com êxito pelo INSCOOP, e que algo de importante este já tem feito em prol do «federalismo cooperativo», já não o é que se encontrem à beira da solução os magnos problemas da legislação de enquadramento cooperativo e do financiamen-

to adequado das nossas cooperativas.

A ideia de compilar, ordenar e por vezes revogar a legislação sobre cooperativas, de a corrigir, completar e sistematizar, através da elaboração de um «Código cooperativo», é uma das que pessoalmente mais aplaudo e que o INSCOOP, posso assegurar-lhe, mais convictamente perflha.

Foi, por isso, com satisfação muito viva que recebeu do III Governo constitucional luz verde para constituir uma comissão destinada a elaborar um anteprojecto de Código cooperativo, comissão que já está a funcionar e ficou formada por três juristas designados pelo INSCOOP e por representantes de todos os organismos federativos e pro-federativos do cooperativismo português hoje existentes.

Trata-se de obter uma legislação específica de garantia e apoio ao cooperativismo, que a este venha finalmente conferir os direitos que incontestavelmente possui pela sua índole original, e lhe evite os embaraços de ter que se fundamentar legalmente em diplomas gerais sobre as sociedades com fins mercantis ou as associações com objectivos culturais, beneficentes ou recreativos, nem umas nem outras de natureza cooperativa no correcto entendimento sócio-político do termo.

Quanto à criação de um «Banco cooperativo», tratou-se efectivamente, e sem a menor dúvida, de uma velha aspiração do movimento, ainda há pouco tempo energicamente revelada numa reunião das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo realizada no Algarve.

Como organizações tipicamente não lucrativas, as cooperativas carecem de um organismo central de crédito que se destine exclusivamente a servir o movimento e não a realizar lucros. Semelhante organismo estaria apto a entender, melhor do que outros, alheios à dinâmica do cooperativismo, as necessidades próprias das cooperativas no que se refere às finalidades dos empréstimos, às garantias, aos prazos de reembolso e às taxas de juro, e representaria por isso mesmo um extraordinário fator de progresso do movimento cooperativo em Portugal.

O Banco Cooperativo, para cujo capital é evidentemente indispensável que as cooperativas concorram, mas que estas não pode exclusivamente depender, por carência de força económica e capacidade financeira, só será uma realidade se se obtiver o concurso do Estado, do Banco de Portugal, da Banca nacionalizada e porventura da Caixa Geral de Depósitos. E, por outro lado, só assumirá significado genuinamente cooperativo se surgir como o coroa-mento de um sistema típico de crédito associativo ou mútuo, que obedeça a princípios bem conhecidos e consagrados, com êxito comprovado em âmbito internacional.

Com o Instituto do Sector Cooperativo a funcionar em pleno, cumprindo integralmente o seu programa e satisfazendo as aspirações dos seus dirigentes, para o que carece que o Governo se interesse por ele mais do que tem feito, com um Código cooperativo em vigor, com um Banco cooperativo em actividade, — ficará o cooperativismo português apto a alastrar pelo país e a fortalecer-se economicamente, correspondendo assim e finalmente, às aspirações altruístas dos doutrinários cooperativistas, seguidores do grande António Sérgio, e às esperanças que o 25 de Abril fez nascer de Norte a Sul do país.

PERSPECTIVAS QUE O 25 DE ABRIL ABRIU PARA TODOS OS DEFICIENTES

DE acordo com a Organização Mundial de Saúde, em cada dez pessoas uma é deficiente. Nesta ordem de ideias, em Portugal teríamos cerca de um milhão de deficientes. Talvez pareça exagero um tão elevado número de deficientes no nosso País. Nas multidões, na rua, ou nos locais de trabalho não se constata, à primeira vista, a existência de dez por cento de pessoas deficientes. Mas essa percentagem poderá estar correcta, já que muitas deficiências há que não são visíveis directamente. E depois há grandes deficiências e deficiências mais leves.

Para calcular o número exacto, ou pelo menos aproximado de deficientes portugueses seriam necessárias duas coisas: a definição do conceito de deficiente e um levantamento estatístico sobre todos os deficientes.

Isso ainda não se fez. Mas deverá constituir uma tarefa fundamental do Secretariado Nacional de Reabilitação, já que é fundamental saber-se quantos deficientes há em Portugal, de que tipo e qual a sua situação, para assim se implantar uma política nacional de reabilitação adequada.

Mas não só por este meio se consegue detectar e contabilizar o número de deficientes existentes. Há uma outra forma e porventura mais eficiente, sem que convido invalide aquela. Trata-se da organização dos deficientes em Associações, movimentos, ou qualquer outra forma. Através de uma congregação organizada dos deficientes em Associações, por exemplo, consegue-se não só verificar quantos deficientes existem, de que tipo, origem, etc., mas sobretudo fazer um levantamento real das suas carências e anseios.

Os deficientes não souberam

aproveitar plenamente as facilidades criadas pelo 25 de Abril que veio permitir que livremente se organizassem, exprimissem os seus anseios e reivindicassem os seus direitos. Salvo raras excepções, em que se poderá incluir a ADFA, Sinistrados no Trabalho e pouco mais, as formas organizativas existentes mantiveram-se estáticas, não se adaptando com oportunidade ao ritmo e dinâmica que o 25 de Abril imprimiu globalmente a toda a vida nacional, constituindo-se até, por vezes, em travão a possíveis movimentos que naturalmente poderiam ter aflorado entre o imenso contingente que são os deficientes civis dos vários tipos e origens.

A realidade organizativa dos deficientes das Forças Armadas contrasta hoje flagrantemente com a realidade dos outros deficientes. A ADFA, com mais de 9000 deficientes inscritos, num universo próprio que não chega aos 30 000, terá hoje, só por si, mais sócios deficientes que todas as restantes Associações, Ligas ou Movimentos existentes, num universo que será então de 970 000. Comprare-se a percentagem de deficientes inscritos na ADFA que será de cerca de 30% e a dos deficientes inscritos em todas as restantes organizações que será de menos de 1%. Se nos restantes deficientes se verificasse o índice organizativo e participativo dos deficientes das Forças Armadas teríamos mais de 300 000 deficientes organizados. E note-se que a ADFA vai aumentando permanentemente o seu número de sócios com tendência nítida para vir a congregar, um futuro próximo, todos os deficientes militares existentes.

Temos, com o exemplo da ADFA, a prova de que os deficientes são mobilizáveis e capazes de participar organi-

zadamente na resolução dos seus próprios problemas. Se esse exemplo for seguido pelos restantes deficientes, e nada nos indica que não possa sê-lo, teremos a grande e justa força que os deficientes necessitam como factor fundamental para que à sua problemática seja dada a dimensão real por quem de direito.

Este será o ponto de partida indispensável para que os poderes constituídos e a própria sociedade sejam forçados a assumir as responsabilidades que lhes cabem no processo de reabilitação e integração social de um tão vasto sector da população. Se o problema não for atacado de base, se os próprios interessados não se constituírem numa grande força capaz de impor as soluções adequadas, quer legislativas, quer de consciencialização da população sobre uma realidade tão ignorada e escamoteada, as medidas que por iniciativa própria dos governos forem tomadas pouco mais mérito terão, sabe-se, que iludir de facto esta realidade.

A reduzida força que hoje os deficientes organizados representam (infima de facto, comparada com a potencial e possível), conseguiu já forçar a máquina emperrada da reabilitação e abriu perspectivas bastante favoráveis. O Secretariado Nacional de Reabilitação, um organismo de cúpula e coordenador das várias acções respeitantes à reabilitação, é uma conquista dos próprios deficientes.

Existe hoje esse organismo, em cujo Conselho Nacional de Reabilitação os deficientes estão representados (um delegado da ADFA e outro da APD), ao lado dos delegados dos membros do governo, porque de facto os deficientes, com a força que já são, conseguiram impor a sua criação.

E agora o funcionamento desse órgão, as medidas que irá tomar e a política que irá seguir dependerão muito da acção dos próprios deficientes, dependerá da força que souberem evidenciar para lhe fazerem imprimir uma actuação mais correcta e eficaz.

A nível militar existe hoje um órgão semelhante (Comissão Militar de Reabilitação e Assistência) encarregado de coordenar as acções de reabilitação e integração social dos deficientes das Forças Armadas. Também a existência desta comissão foi uma conquista dos deficientes e um resultado lógico da força com que souberam impor-se. Também nesta comissão os deficientes estão representados através de um delegado da ADFA. O trabalho da CMRA, é de assinalar, não tem correspondido ao pretendido e mesmo previsto na legislação que a cria, mas cabe aos deficientes das Forças Armadas é à ADFA lutar para que este órgão militar cumpra efectivamente a sua missão.

O pouco que para os deficientes já se conseguiu e a possibilidade de muito que poderia ter sido feito ao 25 de Abril se deve, às perspectivas que criou, concretamente à liberdade que trouxe para os deficientes se organizarem e abertamente reivindicarem os seus direitos.

Quanto aos deficientes das Forças Armadas, vítimas que foram da guerra colonial e objecto de um tratamento inaceitável depois de deficientes, sem as condições necessárias para serem devolvidos à sociedade e nela se integrarem, ergueram-se numa grande força e encetaram uma luta árdua pela conquista de condições próprias e adequadas à sua situação. Infelizmente não se conseguiu ainda atingir os objectivos previstos. Muitos deficientes das Forças Armadas, deficientes de facto durante a prestação do serviço militar, continuam hoje sem qualquer pensão nem quaisquer direitos ou apoios de natureza militar.

Continua a manter-se a diferença de tratamento entre os deficientes da campanha e do serviço, com pensões e direitos diferentes. Continua, afinal, o sistema de divisão e discriminação dos deficientes das Forças Armadas, com tratamentos de acordo com as origens das deficiências e não com as carências e dificuldades que as mesmas geram.

Mas, apesar de tudo, muitas coisas foram alteradas e outras sê-lo-ão graças, fundamentalmente, à determinação e persistência da ADFA. Hoje os deficientes das Forças Armadas não têm dúvidas que a força da sua organização é o verdadeiro garante da manutenção dos direitos conseguidos e da conquista de direitos iguais e justos para todos, de que não abdicam.

FESTA DO 5.º ANIVERSÁRIO DA ADFA GRANDE ESPECTÁCULO DE VARIEDADES NO COLISEU DOS RECREIOS EM LISBOA

EM 14 DE MAIO, ÀS 21 HORAS

Actuação de Conjuntos, Coros e Artistas Populares

CARLOS DO CARMO, HERMINIA SILVA, JOSÉ BARATA MOURA, CARLOS MONIZ, MARIA DO AMPARO, ARY DOS SANTOS, CORO DA ACADEMIA DE AMADORES DE MÚSICA DE LISBOA, CONJUNTO TROVANTE, ETC.

PREÇOS DOS BILHETES:

70\$00 E 100\$00 — À VENDA NO COLISEU DOS RECREIOS E NA SEDE DA ADFA

ENTRADA GRATUITA PARA OS SÓCIOS DA ADFA

A VIRAGEM DA HISTÓRIA

(Continuação da 1.ª pág.)

que aparece Salazar a lançar o grito de «Para Angola, em força!» que daria início a uma autêntica cruzada dos jovens portugueses, rumo às colónias portuguesas.

Face a todas as condicionantes da sociedade portuguesa, seriam necessários alguns anos para que a maioria do povo português abrisse os olhos à inutilidade de uma guerra que, além de provocar muitos mortos e deficientes, vinha consumindo os melhores anos de toda a nossa juventude, que assim eram perdidos para tarefas de engrandecimento do nosso Portugal.

Lamentavelmente, foram necessários ainda mais alguns anos, e com isso mais uns milhares de mortos e deficientes, para que o derrube dessa situação se pudesse verificar.

Não pretendo, nestas breves palavras, fazer a história, ou mesmo a análise, das condições em que isso foi possível. É já do conhecimento geral como se deu o 25 de Abril, data gloriosa da libertação do povo português e do escancarar de portas para a libertação dos povos das colónias portuguesas. Nesse dia o Movimento das Forças Armadas, interpretando o sentir da esmagadora maioria dos por-



Vasco Lourenço

tugueses, derrubava o governo fascista-colonialista e abria as portas para que em Portugal se pudesse construir uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais igualitária, que não poderia, evidentemente, dar guarida à continuação da opressão de outros povos.

Nesse dia, que como marco fundamental da construção da democracia em Portugal tem já lugar cimeiro na História do nosso povo, se criaram condições para que a guerra colonial, que aos povos de Portugal e das suas colónias vinha sendo imposta, tivesse fim e novos países de língua portuguesa se formassem. E com o fim da guerra colonial terminava também a destruição da nossa juventude, irremediavelmente para muitos e de maneira significativa para muitos outros.

Estamos comemorando o 5.º Aniversário do 25 de Abril. Estamos comemorando o derrube do fascismo e do colonialismo. Estamos comemorando a criação de condições para que os portugueses possam, livremente, decidir da sua própria sorte e destino. Estamos comemorando a abertura de todo um processo que nos levará longe, se o soubermos aproveitar, na construção de uma sociedade mais

justa, mais igualitária e mais fraterna. Estamos comemorando o início do fim da guerra colonial e o subsequente terminar de novos mortos e deficientes.

É com a certeza de que esta jornada de comemoração terá em todos os Deficientes das Forças Armadas (máximos sinais visíveis de toda a monstruosidade que, em 25 de Abril de 1974, o MFA derrubou) os mais interessados aderentes, que estou escrevendo estas simples palavras para o «Elo».

É com a certeza de que todos juntos seremos muitos e conseguiremos fazer frente aos inimigos do 25 de Abril, que cada vez mais mostram as garras e tudo fazem para destruir as conquistas que a Revolução dos Cravos proporcionou ao povo português, que vos exalto à comemoração deste Dia da Liberdade.

E é certo de que sereis dos maiores opositores a que outras gerações portuguesas sejam sujeitas aos mesmos sacrifícios que vós, que aqui vos deixo a minha solidariedade para que, na nova sociedade portuguesa que só Abril possibilitou, possais alcançar o lugar a que tendes direito.

A INSERÇÃO SOCIAL DOS DEFICIENTES

«Bastardos». Segundo a concepção de J. P. Sartre, teriam sido os judeus na Alemanha nazi, os negros nos países colonialistas — ainda hoje, por exemplo, na América do Norte —, os homossexuais perante uma maioria heterossexual e, dum modo geral, os deficientes físicos.

Bastardos sociais, entenda-se. Porque é a sociedade dos «normais» (o que será isso?!) que criando e hipertrofiando «a diferença», os tenta empurrar para uma espécie de «guetos de diferentes», dum a forma brutal às vezes, de maneiras mais subtis outras vezes. Isto tem sido verdade também entre nós, em Portugal.

Os deficientes podem testemu-

nhá-lo. Marginalizados pelos «normais», naturalmente que os «bastardos» procurem organizar-se em grupos sociais com leis e dinâmica próprias. Nestes grupos nasce e cresce,

siva. Claro que é uma luta. O que não foi conseguido na mesa das discussões que o seja, sem nenhum pudor, pelo escândalo.

Para isso, é preciso que aqueles que já consegui-

modar, violentar, rasgar a moleza dos mapas, interromper com estilhaços de rai-va justa discursos inflamados e inúteis.

Nesta fase da luta dos deficientes portugueses

igual. Agora ainda não é verdade. Não se deixem enganar.

Assistimos, neste período da vida portuguesa, à tentativa de uma minoria de prepotentes ou ignorantes para consumir a liquidação do 25 de Abril e de todas as suas esperanças que vos englobam a vós, deficientes. Há já quem, publicamente, justifique as guerras coloniais e enalteça os seus «heróis» desencana-deantes e responsáveis.

Isto, num país cheio de cegos e estropiados de guerra. Não deixem que vos escondam e ignorem. Obriguem-nos à vossa presença. Violentem-nos. Vós sois uma bandeira. Exijam. Podem fazê-lo. Devem fazê-lo.

Por
BERNARDO SANTARENO

naturalmente, uma agressividade crítica que eu considero saudável e necessária. Só que muitas vezes os fantasmas da depressão confundem e invalidam socialmente esta grande força. Aqui têm um papel fundamental os «leaders» esclarecidos, mas não castrados, desde que aceites pela generalidade do grupo. Objectivos bem definidos, organização e vitalidade agres-

ram um mínimo de justiça social se não esqueçam dos muitos que vivem como dejectos, sujeitos à indiferença obesa de muitos ou à caridade — ritual destinado a afastar a espada dos deuses vingadores! — de muitos outros.

Uma cadeira de rodas pode ser uma arma; uns olhos cegos e deformados são uma arma. Não hesitar em usar estas armas: Inco-

pelos seus direitos, só a verdade de um deficiente será aceite como verdade inteira pelos outros deficientes. Não deixem que os outros, os «normais», tomem as rédeas da vossa luta. É um erro grave. Isso só poderá ser depois, quando os obrigarem a sentirem, sem véus nem mentiras subtis, até à última célula da sua consciência, um deficiente como seu

igual. Agora ainda não é verdade. Não se deixem enganar.

A PARTICIPAÇÃO DA ADFA NAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

TAL como no último ano a ADFA está este ano totalmente empenhada nas comemorações do 25 de Abril. A passagem do 5.º aniversário da Revolução de Abril tem um significado muito grande para os deficientes das Forças Armadas e para a ADFA, o que leva a que se empenhem profundamente nas comemorações com actuações relevantes.

Para as iniciativas que a ADFA este ano leva a efeito contou-se com o apoio da Comissão Nacional das Comemorações e especialmente do seu Presidente, major Vasco Lourenço, que nos dá a honra de ter escrito um artigo expressamente para este número do «Elo».

A ADFA e os seus sócios procuraram, com todo o seu empenho e, naturalmente, mobilizados pela força de Abril responder a este apoio e confiança expressos, levando a efeito várias iniciativas que assinalarão bem entre a população, especialmente de Lisboa, a importância e significado do 25 de Abril.

Assim, para além da publicação deste número especial do «Elo», possível graças à preciosa colaboração de vários jornalistas e escritores, com uma tiragem de 20 000 exemplares e uma tiragem especial do suplemento infantil de mais 100 000 exemplares (a serem distribuídos por todas as escolas do País), a ADFA leva a efeito, para assinalar a passagem do 5.º aniversário do 25 de Abril, mais algumas iniciativas que a seguir se salientam.

— De 21 de Abril a 2 de Maio está patente ao público, na sede da Associação em Lisboa, uma exposição fotográfica sobre a guerra colonial e suas consequências, 25 de Abril, criação da ADFA e reabilitação e integração social de deficientes.

— Na noite do dia 24 para 25 de Abril é projectado no Rossio um diaporama com slides sobre temas semelhantes aos da exposição fotográfica, acompanhados de textos explicativos e de poesias. Durante esta noite as instalações da Associação (Palácio da Independência) estarão abertas para confraternização.

— No dia 25 à tarde, a partir das 14 horas, realiza-se uma sessão especial para crianças em frente da sede da Associação que constará de pinturas e actuação de palhaços e artistas.

— No dia 25 realiza-se um encontro desportivo de deficientes sócios da ADFA e da APD, no Estádio Universitário em Lisboa, com início às 9.30 horas, que incluirá várias modalidades, tais como atletismo, basquetebol, tiro ao arco e ténis de mesa. Esta jornada desportiva ocupará toda a manhã e parte da tarde, sendo servido um almoço volante aos participantes no próprio estádio.

— No período próximo do dia 25 a ADFA fará várias intervenções na rádio, televisão e jornais, difundindo a sua posição em relação ao 25 de Abril e a tudo que ele representa.

25 DE ABRIL: MADRUGADA PERMANENTE

ELO

25 ABRIL 1979

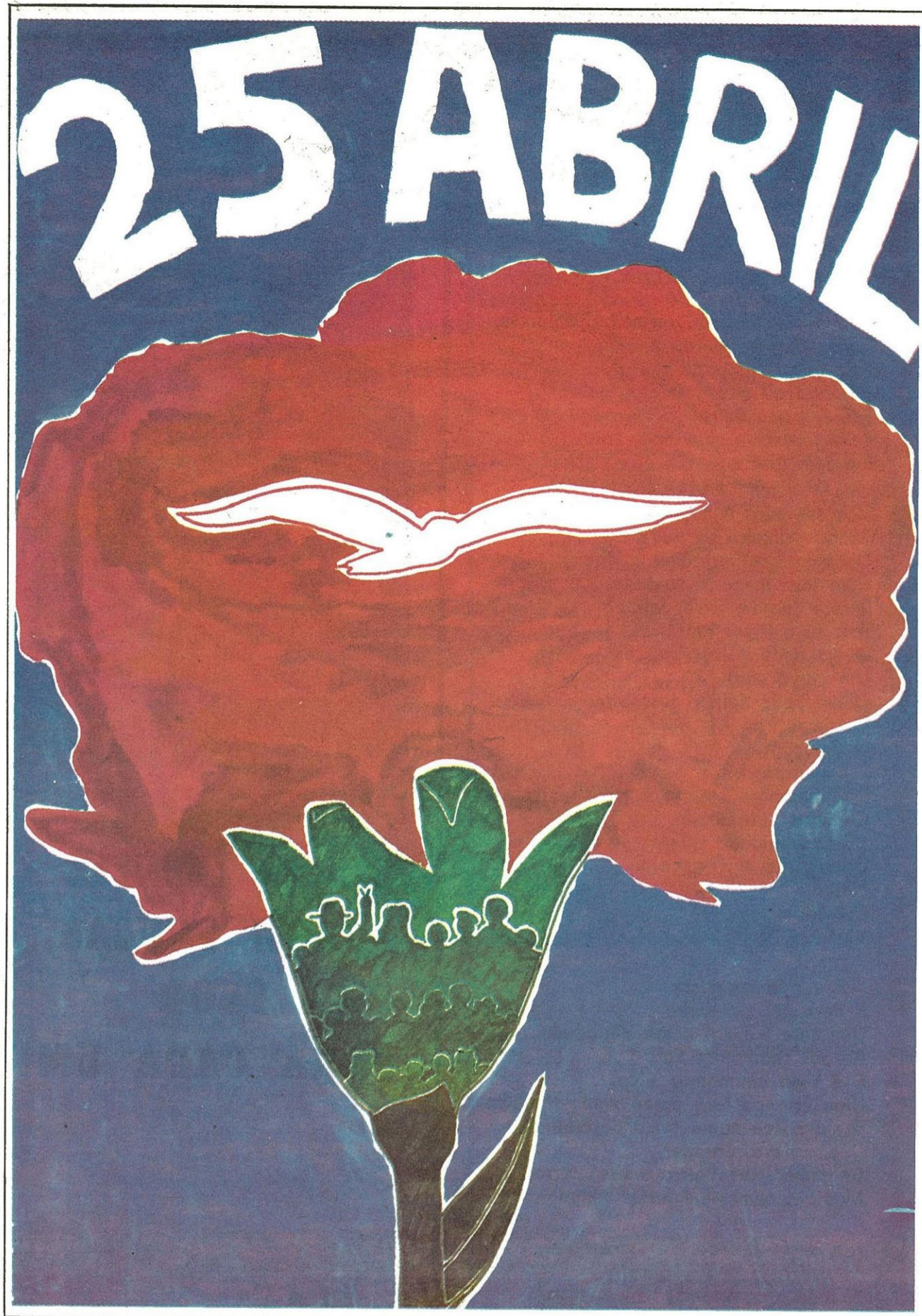
SUPLEMENTO INFANTIL



ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS
DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

DIÁLOGO SOBRE O 25 DE ABRIL

Mais que uma mensagem de adultos, este suplemento infantil é uma mensagem das próprias crianças para outras crianças. Com alguns desenhos e textos dos muitos enviados para o Concurso promovido pela Comissão Nacional das Comemorações do 25 de Abril do último ano, pretendemos estabelecer um diálogo entre crianças que não se conhecem, que moram em pontos diferentes do País. E o diálogo é sobre o 25 de Abril. Aqui vai, em desenhos e palavras, o que algumas crianças pensam sobre o 25 de Abril, como o entendem e interpretam, o seguem, abraçam e desejam que seja sempre. Dialogar sobre o 25 de Abril, sobre a liberdade e a paz que trouxe, sobre a justiça social cujas portas abriu — num diálogo de crianças — é uma forma preciosa de defender o 25 de Abril e tudo o que de maravilhoso representa para todos os portugueses, muito especialmente para os portugueses mais pequenos.



João Augusto — Escola Preparatória da Póvoa de Santa Iria

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), com o apoio da Comissão Nacional das Comemorações do 25 de Abril, leva este ano a efeito várias iniciativas para comemorar o dia da liberdade. Entre essas iniciativas está a edição deste suplemento do «ELO» (Jornal da Associação que se publica mensalmente) dedicado exclusivamente às crianças.

PORQUE o 25 de Abril se fez em muito para as crianças, homens de amanhã e construtores do Portugal novo de que os militares de Abril lançaram as bases, porque este ano é o ano internacional da criança e em todo o Mundo se lhe dispensa uma atenção especial — que, aliás, lhe deveria ser dispensada todos os anos sem excepção — nós, nesta altura, pretendemos estar especialmente com as crianças.

E quem somos nós, os que constituímos a Associação dos Deficientes das Forças Armadas?

MUITOS interrogar-se-ão, porque será a primeira vez que tomam conhecimento da existência da ADFA e mesmo da existência de deficientes militares.

POIS nós somos aqueles militares que durante a guerra colonial, que se iniciou em 1961 e terminou em 1974, atingidos por tiros, minas ou granadas, ficaram deficientes, sem pernas, cegos, sem braços, etc., que hoje se deslocam com a ajuda de próteses, cadeiras de rodas, bengalas ou outros aparelhos, e que lutam, organizados na ADFA, pela sua integração na sociedade e lutam também pela criação de uma sociedade mais justa, porque só uma sociedade mais justa poderá resolver os problemas de todos os deficientes militares e de todos os deficientes não militares que são muitos milhares.

AGORA, que já nos identificámos para aqueles que ainda não nos conheciam, voltamos atrás e vamos explicar melhor porque pretendemos este ano e neste 5.º Aniversário do 25 de Abril estar especialmente com as crianças.

NÓS, deficientes das Forças Armadas, comemoramos com muito entusiasmo e alegria o 25 de Abril, porque foi ele que permitiu que a guerra acabasse, que não houvesse mais mortos e feridos. E a todas as crianças, neste aniversário do 25 de Abril, nós pretendemos levar uma mensagem de paz, nós que fomos vítimas de uma guerra injusta que os governos tiranos do tempo do fascismo fizeram contra a vontade de todo o povo português e dos próprios militares.

MUITAS das crianças a quem este jornal é dirigido perderam os seus pais ou irmãos nessa guerra, ou têm igualmente familiares que de lá regressaram deficientes. Essas sofreram directamente os horrores da guerra e conhecem pois a ADFA e a luta dos deficientes das Forças Armadas. Mas muitas há que não conhecem. A muitas não teria ainda sido contada a história verdadeira de um governo mau que mandou os soldados para uma guerra para lá morrerem ou ficarem deficientes e que, a estes últimos, depois de servirem na guerra, em vez de lhes criar condições para continuarem a realizar-se na sociedade, antes os abandonava e escondia, sem pensões e sem trabalho, porque assim escondia os muitos males que a guerra provocava para que o povo não se revoltasse ainda mais contra essa guerra.

ESSE governo cruel queria a todo o custo que a guerra continuasse, porque com ela defendia os interesses dos privilegiados do País, dos que acumulavam a sua riqueza à custa da guerra e da exploração generalizada do povo português e do povo das ex-colónias.

A guerra colonial durou 13 anos. E por vontade desse governo, muitos mais duraria.

CONTINUARIA ainda hoje se os próprios militares que eram obrigados a matar e morrer não se tivessem revoltado, dizendo que já bastava de guerra sem sentido.

E foi em 25 de Abril de 1974 que esse maravilhoso acontecimento se deu. Na madrugada desse dia, os militares, através do Movimento das Forças Armadas (MFA),

sairam para a rua, derrubaram o governo e puseram fim à guerra.

A partir desse dia não morreram mais soldados. E os que ficaram deficientes tiveram então liberdade para se mostrarem à população e dizerem o que pretendiam e a forma como queriam ser tratados.

PARA que no nosso País não haja mais guerras injustas, para que o futuro seja de paz e de justiça, nós estamos aqui. Nós os que mais sofremos com uma guerra injusta, estamos com as crianças de hoje, das quais muitos serão soldados de amanhã, para que seja impossível a qualquer governo voltar a fazer uma guerra contra a vontade do povo.

NÓS, deficientes das Forças Armadas, que lutamos pela nossa integração social, estamos com as crianças e queremos que elas estejam connosco na nossa luta. Queremos que compreendam os nossos problemas para que, quando homens amanhã, sejam capazes de remover os grandes obstáculos que a sociedade actualmente nos levanta. Queremos que libertem a sociedade das formas erradas de encerrar os problemas sociais — de que a situação dos deficientes é um exemplo — com que os governos tiranos de antes do 25 de Abril a marcaram. Queremos que as crianças de hoje, homens de amanhã e esperança da sociedade justa que já estamos a construir, comecem desde já a lutar contra princípios e práticas erradas como é a caridade, a esmola, a compaixão, etc. Queremos que as crianças desde já estejam connosco na luta pela abolição das desigualdades sociais, da opressão dos fracos pelos fortes, da marginalização dos que, à partida, se apresentam menos capazes.

E esta nossa luta é comum, porque as crianças também estão hoje a lutar pelos seus direitos, também não permitem que sejam mais tratadas como seres fracos pelos adultos fortes. Assim, estamos irmanados na mesma luta.

Todos, na liberdade que o 25 de Abril nos deu, havemos de conquistar os nossos direitos e havemos de fazer de Portugal um País onde as injustiças sociais não mais tenham lugar.

OS DIREITOS DA CRIANÇA

- 1 A criança,
Toda a criança,
Seja de que raça for,
Seja negra, branca, vermelha, amareta,
Seja rapariga ou rapaz,
Fale que língua falar,
Acredite no que acreditar,
Pense o que pensar,
Tenha nascido seja onde for,
Ela tem direito...
- 2 ...A ser para o homem a
Razão primeira da sua luta.
O homem vai proteger a criança
Com leis, ternura, cuidados
Que a tornem livre, feliz,
Pois só é livre, feliz,
Quem pode deixar crescer
Um corpo são,
Quem pode deixar descobrir
Livramento
O coração
E o pensamento.
Este nascer e crescer e viver assim
Chama-se dignidade.
E em dignidade vamos
Querer que a criança
Nasça,
Cresça,
Viva...
- 3 ...e a criança nasce
E deve ter um nome
Que seja o sinal dessa dignidade.
Ao Sol chamamos Sol
E à Vida chamamos Vida.
Uma criança terá o seu nome também.
E ela nasce numa terra determinada
Que a deve proteger.
Chamemos-lhe Pátria a essa terra,
Mas chamemos-lhe antes Mundo...
- 4 ...e nesse Mundo ela vai crescer.
Já sua mãe teve o direito
A toda a assistência que assegura
um nascer perfeito.
E, depois, a criança nascida,
Depois da hora radial do parto,
A criança deverá receber
Amor,
Alimentação,
Casa,
Cuidados médicos,
O amor sereno de mãe e pai.
Ela vai poder
Rir,
Brincar,
Crescer,
Aprender a ser feliz...
- 5 ...Mas há crianças que nascem
imperfeitas
E tudo devemos fazer para que isto
não aconteça.
Vamos dar a essas crianças — um amor
maior ainda.
- 6 E a criança nasceu
E vai desabrochar como
Uma flor,
Uma árvore,
Um pássaro.
E
Uma flor,
Uma árvore,
Um pássaro
Precisam de amor — a seiva da terra,
a luz do sol.
De quanto amor a criança não
precisará?

LÁ / CÁ

QUE MUNDO?
QUE LADO DE CÁ?
QUE LADO DE LÁ?



foto. C. MORGADO

Desenho de MARIA KEIL

SE AS FLORES
FOREM POUCAS...
UMA FLOR
PARA CADA UM!



MAS
HÁ GUERRAS
DE PAZ!

NUNCA ATÉ HOJE NA TERRA
COMO EM PORTUGAL SE VIU
UM SOLDADO EM PÉ DE GUERRA
PARA MENINOS SORRIU

ARMINDO RODRIGUES



E TANTO BEM, NA PAZ, PODEMOS TER NA VIDA!

TODOS OS HOMENS E, SOBRETUDO, A CRIANÇA TÊM DIREITO
A ESTA ALEGRIA DE VIVER
VIVER EM PAZ

**EM PAZ, SABEREMOS, SOBRETUDO,
QUE O MUNDO É A NOSSA CASA E NELA...**

a alegria
de termos irmãos
de todas
as cores!

Todos os seres humanos
Nascem livres e iguais.
Em dignidade e em direitos.
Dotados de razão e de
consciência,
Devem agir uns para com
os outros
Com espírito de fraternidade

*Artigo da Declaração Universal
dos Direitos do Homem (ONU, 1948)*



A ALEGRIA DE SERMOS IRMÃOS DE TODAS AS RAÇAS

Do Livro de «Leituras para a 2.ª fase/2.º ano
do Ensino Primário» de Matilde Rosa Araújo.

OS DIREITOS DA CRIANÇA

De quanta segurança?
Os pais e todo o mundo — que rodeia
a criança
Vão participar na aventura
De uma vida que nasceu.
Maravilhosa aventura!
Mas se a criança não tem família?
Ela tê-la-á, sempre: numa sociedade
justa
Todos serão sua família.
Nunca mais haverá uma criança só,
Infância nunca será solidão.

7 E a criança vai aprender a crescer.
Todos temos de a ajudar!
Todos!
Os pais, a escola, todos nós!
E vamos ajudá-la — a descobrir-se a si
própria
E os outros.
Descobrir o seu mundo,
A sua força,
O seu amor,
Ela vai aprender a viver
Com ela própria
E com os outros:
Vai aprender a fraternidade,
A fazer fraternidade.
Isto chama-se educar:
Saber isto é aprender a ensinar.

8 Em situação de perigo
A criança, mais do que nunca,
Está sempre em primeiro lugar...
Será o Sol que não se apaga
Com o nosso medo,
Com a nossa indiferença:
A criança apaga, por si só,
Medo e indiferença das nossas fronteiras...

9 A criança é um mundo
Precioso
Raro.
Que ninguém a roube,
A negocei,
A explore
Sob qualquer pretexto.
Que ninguém se aproveite
Do trabalho da criança
Para seu próprio proveito.
São livres e frágeis as suas mãos,
Hoje:
Se as não magoarmos
Elas poderão continuar
Livres
E ser a força do mundo
Mesmo que frágeis continuem...

10 A Criança deve ser respeitada
Em suma,
Na dignidade do seu nascer,
Do seu crescer,
Do seu viver.
Quem amar verdadeiramente a criança
Não poderá deixar de ser fraterno:
Uma criança não conhece fronteiras,
Nem raças,
Nem classes sociais:
Ela é o sinal mais vivo do amor,
Embora, por vezes, nos possa parecer
cruel.
Frágil e forte, ao mesmo tempo,
Ela é sempre a mão da própria vida
Que, se nos estende,
Nos segura
E nos diz:
Sê digno de viver!
Olha em frente!

MATILDE ROSA ARAÚJO



Maria, Dominga, Catarina e Paulo Jorge — Escola Preparatória Frei Baltasar Limpo — Moura

SOU LIVRE DE ESCREVER O QUE QUERO

*Eu sou uma criança
do país de Abril,
Sou livre de escrever o que quero
Sou livre de ver passarinhos
E gosto de ir à escola
Sou livre de ver ribeirinhos
E de dar nomes a pedras
A pedras muito limpinhas
Com o seu musgo na frente
Mas não são branquinhas
Como as folhas de papel
Onde escrevo textos livres.
Gosto muito de ver flores
Como uma rosa
muito lindinha
muito graciosa
muito rosadinha.
Gosto de ver um cravo
Cor de rosa e vermelhinho
que representa a liberdade
Cá p'ró meu coraçãozinho.
Sou livre de tudo
Mas só uma coisa
eu não posso realizar,
é um sonho que sempre sonhei
é andar de cavalo
e ver campos verdinhos,
lindos passarinhos
muito azuis e amarelinhos.
Eu sou uma criança
Do país de Abril!
Sou do tempo da liberdade!*

Luisa Margarida Figueiredo Miranda — 9 anos
Escola Primária de Canas de Senhorim

NESTA MANHÃ DE ABRIL

*Fico aqui,
nesta manhã de Abril,
lavando no vento o meu rosto*

*Numa angústia fria,
e um sonho de liberdade
nas entranhas*

*Imaginando a paisagem destruída
das casas, rios, planícies e montanhas
de Portugal*

*Terra do mundo
cada vez mais irmão!*

Valério — 12 anos
E. P. do Pintor Almada Negreiros

25 DE ABRIL



Ana Cristina — Liceu Nacional de Leiria



25 DE ABRIL

No dia 25 de Abril fizeram uma revolução, mas não houve tiros.

Chama-se a revolução dos cravos, porque os soldados traziam cravos vermelhos nos canos das espingardas. Não davam tiros. Cantavam com as outras pessoas.

Essa revolução trocou as pessoas que governavam o País.

Chama-se a esse dia o Dia da Liberdade, porque o povo ficou sem medo.

Todos os anos se festeja esse dia, como um grande dia de festa do Povo Português.

Irene Dias — 11 anos



CONCURSO DE DESENHOS

Este desenho foi feito pelo Dionísio de 13 anos, do Liceu Nacional de Leiria e foi escolhido para o cartaz das comemorações do 5.º aniversário do 25 de Abril.

Tu também podes fazer o teu cartaz. Tenta fazer um desenho para um cartaz das comemorações do próximo aniversário do 25 de Abril que a ADFA poderá editar.

Faz o teu desenho e envia-o até ao próximo dia 31 de Dezembro à Associação dos Deficientes das Forças Armadas, Largo de S. Domingos, 1194 Lisboa Codex.

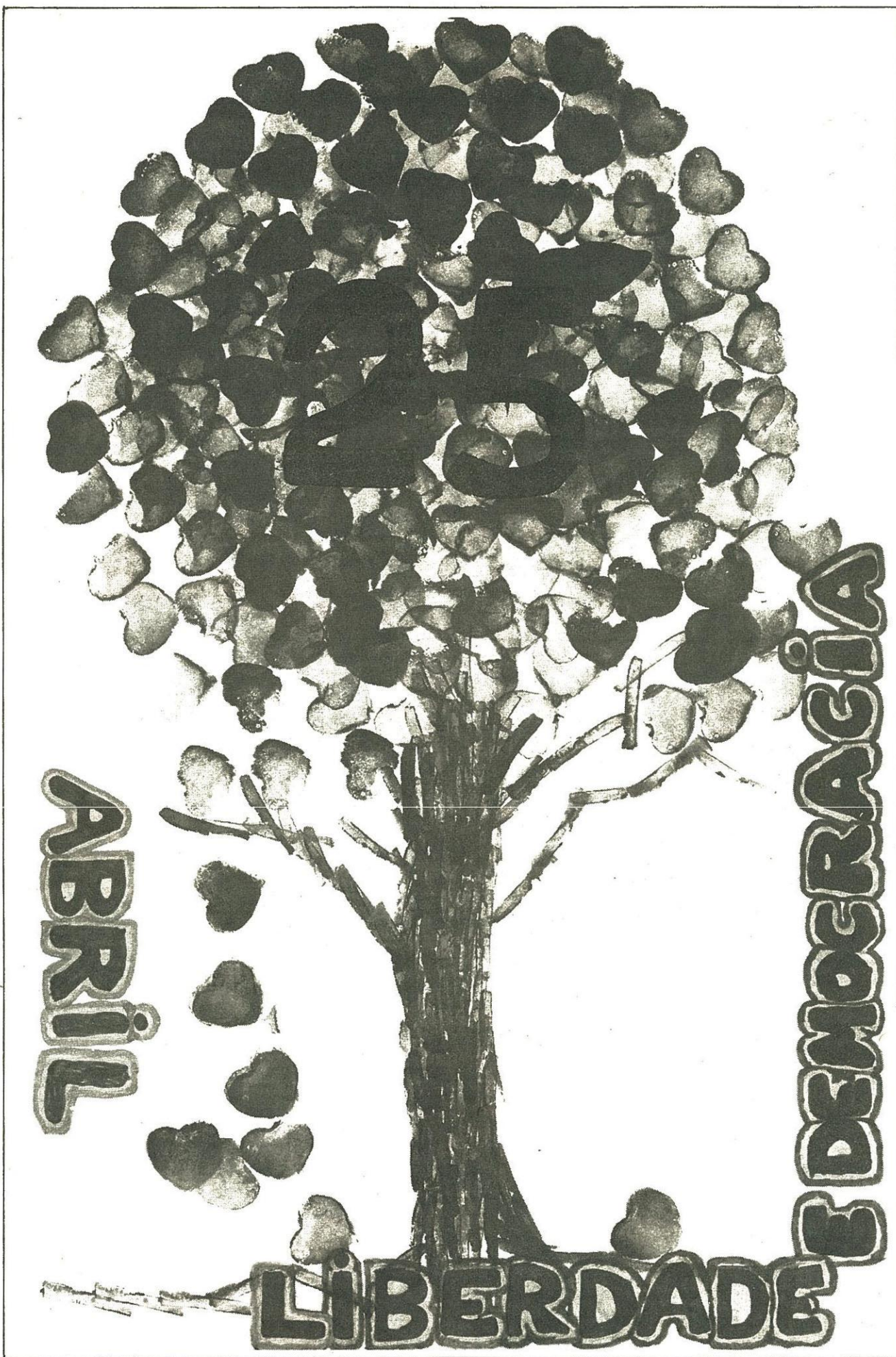
Se o teu desenho for um dos três a seleccionar por um júri que será constituído na ADFA receberás uma biblioteca infantil.

Os desenhos podem ser colectivos.

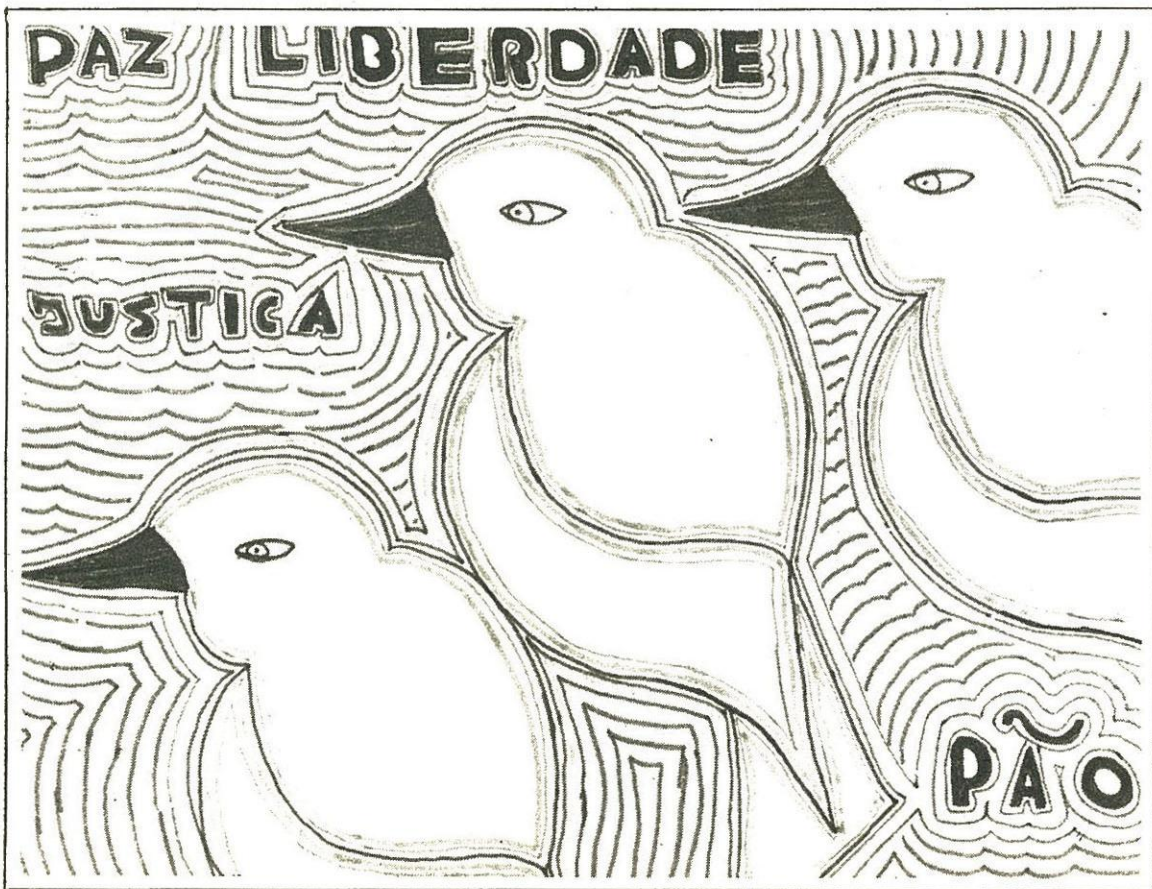
*EU SOU
UMA
CRIANÇA
DO MÊS
DE ABRIL*

*Eu sou uma criança
do mês de Abril.
Eu sou uma criança
muito contente.
Eu sou uma criança
de liberdade.
Eu sou uma criança
dos campos.
Eu sou uma criança
que vejo regatos.
eu sou uma criança
que vou para a escola.
E sou uma criança
que vou aprender.
E sou uma criança
que tenho alegria.
Eu sou uma criança
que vou passear.
Eu sou uma criança
que não faço mal
Eu sou uma criança
que gosto de brincar*

António Manuel Carreira Pais — 12 anos
Escola Primária de Canas de Senhorim



J. M. Leonardo — Escola Preparatória Vasco Fernandes — Viseu



Maria do Céu Gaspar de Oliveira — Liceu Nacional de Leiria

*SOU UMA CRIANÇA
DO PAÍS DE ABRIL*

*Sou uma criança do país de Abril
Vivo muito feliz
Vivo na paz
No meu bonito país*

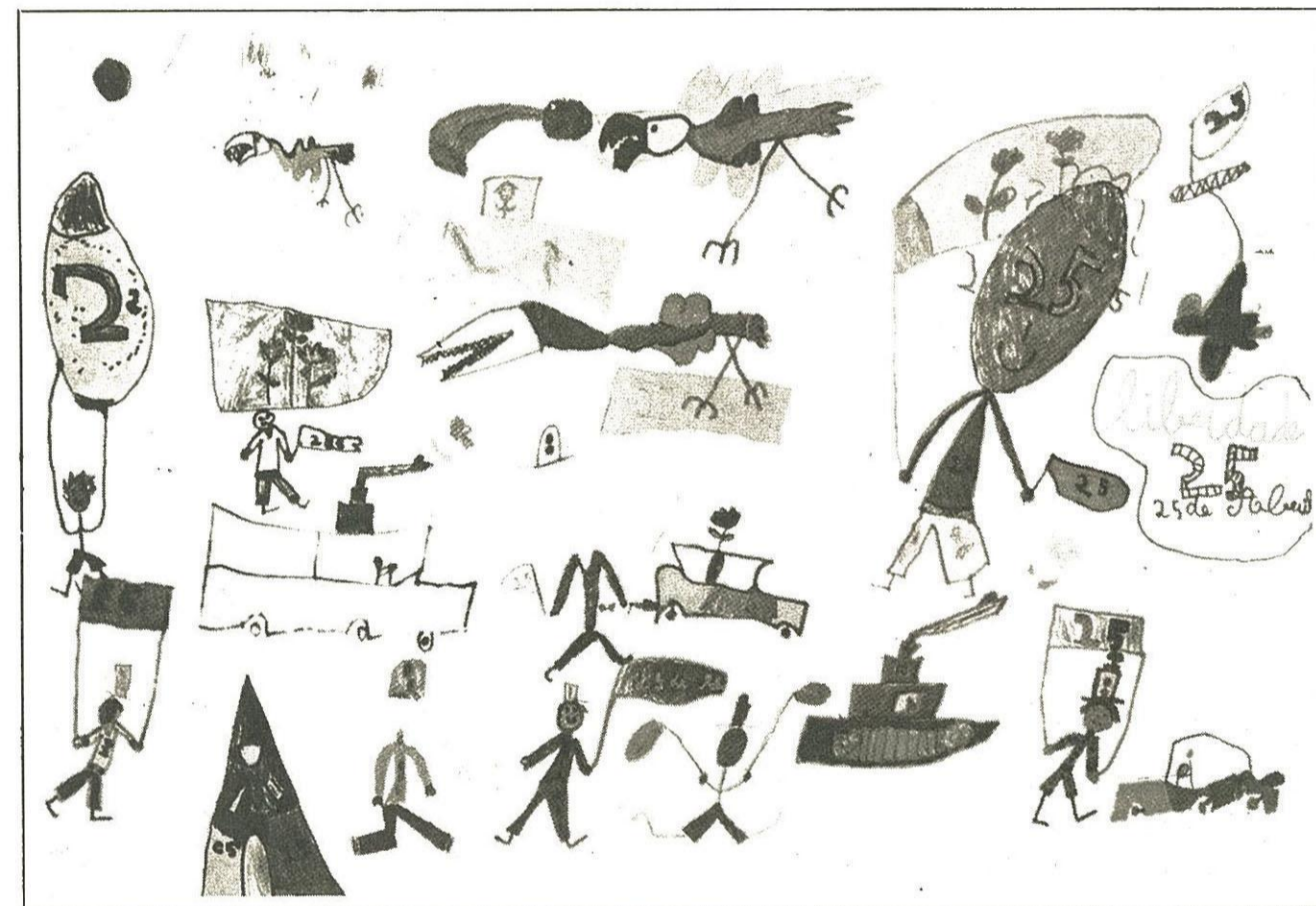
*Eu vou para a escola
Sempre a cantar
Vejo andorinhas
Sempre a voar*

*O meu Portugal
Meu país muito amado
Quando te olho
Fico encantado*

Artur Jorge Cardoso da Silva — 10 anos
Escola Primária de Canas de Senhorim



Maria de Fátima Ferreira Duarte Soares — 7 anos — Escola Preparatória de Pombelo da Beira



Tiago Lencastre Oliveira — 6 anos — Escola Mista n.º 210 — Lisboa

LIBERDADE E DEMOCRACIA

Quando tu olhas para o céu
E vês aves a cantar,
Quando passas pelo bosque
E vês folhas a oscilar,

Quando velejas no rio
E logo pões-te a sonhar,
Quando sobes a montanha
E ouves o vento soprar,

Quando vês um teu irmão
E seus olhos a brilhar,
Quando ouves lá ao longe
Um povo que vai lutar,

Quando dizes «sim» ou «não»
P'ra que te vão convidar,
Quando pegas numa arma
E livre não a vais usar,

A Liberdade é um grito
Com que enfrentas um rochedo,
A mensagem que te diz:
«Nunca de alguém tenhas medo»,

Quando vês um camponês,
Pelos campos a ceifar,
Quando vais a um escritório,
Vendo alguém a trabalhar,

Quando passas pela doca
E um barco está a chegar,
Quando entras na padaria
E tens um pão a comprar,

Quando sujás umas calças
E tu próprio as vais lavar,
Quando bates num colega
E ele não se quer vingar,

Democracia é tudo isso
Pelo que podes lutar,
P'ra alcançar a igualdade
Que desejas encontrar.

Paulo Alexandre Prazeres Lapa — Aluno n.º 164
2.º ano — Curso unificado — 14 anos
Escola Técnica Manuel Teixeira Gomes
Portimão

LIBERDADE

Liberdade,

**tu és como um rio infinito
que corre sem destino;
um rio que corre no pensamento.**

Liberdade,

**tu és um pássaro sem ninho,
um pássaro vagabundo,
por vezes desprezado.**

**Tu és um ser vivo que não pode estar
acorrentado**

Isménio Ventura Martins dos Santos — 2.º C n.º 7 — 12 anos
Escola Preparatória de Valadares



António Fernando Martins Moreira — Escola 24 — 6.ª Zona



Eugénia Esteves — Escola Industrial e Comercial de Viana do Castelo

O SOLDADO CHOROU CHOROU...

Ó soldado que foste à guerra
 Lutando pela Pátria Portuguesa!
 Veio o 25 de Abril
 Acabou-se toda a tristeza.
 Ó que revolução tão bonita!
 Cheia de cravos encarnados!
 O povo estava contente
 Andavam todos abraçados;
 As crianças tão alegres
 não paravam de cantar!
 Houve depois barafunda
 Por tanto quereremos falar.
 Vieram os helicópteros
 Começou tudo a gritar,
 Tão alegres e felizes
 Vendo cravos pelo ar.
 Cravos encarnados
 Toda a gente os levou
 O soldado tão contente
 Chorou, chorou...

Dina Maria Ramires Rodrigues — 10 anos
Escola n.º 6 de Olhão

CONSTRUIR UM MUNDO NOVO

Nós, jovens, teremos de construir um Mundo Novo para que todos tenhamos uma vida calma, como a suavidade de uma gaiota a voar sobre um rio.

Nós, temos o dever de construir um Mundo em que reine a confiança entre os homens, tal como o moinho confia no vento.

Nós jovens, teremos de arrancar o ódio dos corações, tal como o jardineiro arranca as ervas daninhas do seu jardim.

Nós jovens, teremos que acabar com a fome, com a guerra, com a exploração.

Nós jovens, teremos de lutar contra as doenças, como um barco luta contra a tempestade.

Mas quando poderemos, nós jovens, fazer compreender aos homens tantas coisas?

João Paulo Teixeira dos Santos
Escola Preparatória de Martim Fernandes



Desenho executado no Liceu de Matosinhos